



Eletrobras

**Carta Anual de Políticas Públicas e
de Governança Corporativa 2017**



Eletrobras

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2017

Sumário

Mensagem da Administração.....	3
Identificação geral	4
1. Nossas Atividades.....	5
2. Nosso Compromisso Público.....	21
3. Nossa Estrutura de Controles Internos	27
4. Nossa Gestão de Riscos	33
5. Nossos Fatores de Riscos	34
6. Nosso Resultado Econômico e Financeiro	36
7. Nosso Modelo de Governança Corporativa	40
8. Nossas Principais Melhorias em Governança Corporativa.....	44

Mensagem da Administração

Quando apresentamos a Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2017, relatamos diversas melhorias que estavam sendo implementadas na companhia, além dos desafios que tiveram de ser superados quando a atual administração assumiu a empresa. Desde então, o amadurecimento dessas modificações e melhorias já foi reconhecido pelo mercado e pelo governo federal.

No período, a Eletrobras obteve a Certificação do Indicador de Governança (IG-SEST) Nivel 1 (nível de excelência). O indicador IG-SEST é uma inovação desenvolvida pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) em 2017, com o objetivo de trazer mais efetividade e transparência no acompanhamento das boas práticas de governança pelas empresas estatais federais de controle direto.

A companhia obteve também a certificação no Programa Destaque em Governança de Estatais da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão). A Eletrobras atendeu às seis medidas obrigatórias — aprimoramentos ao conteúdo do Formulário de Referência; instalação de Área de *Compliance*, Controles Internos e Riscos; Auditoria Interna e Comitê de Auditoria Estatutário; Política de Transações com Partes Relacionadas; Requisitos Mínimos para Indicação de Administradores; e Análise do Perfil do Titular da Área de *Compliance* e da Auditoria Interna — e obteve 50 de 60 pontos possíveis nas medidas opcionais para ter sucesso na certificação, solicitada em janeiro. O objetivo da adesão ao programa é fortalecer a governança da empresa e protegê-la de práticas que possam colocar em dúvida sua integridade.

Ambas as certificações estão alinhadas à iniciativa “Implementar ações para listagem em índices e obtenção de selos de Governança Corporativa”, dentro do pilar “Governança e Conformidade” do “Desafio 21: Excelência Sustentável”, o Plano Diretor de Negócios e Gestão 2017-2021. O acerto do Desafio 21 motivou a companhia a lançar sua atualização, o Desafio 22, Plano Diretor de Negócios e Gestão para o período 2018-2022.

Outras mudanças no período fortaleceram o modelo de gestão e governança da companhia, tornando-o mais eficiente, transparente e alinhado a nossos valores. Destacam-se a revisão do Estatuto Social da companhia e de suas subsidiárias, o aprimoramento do processo de análise dos indicados para cargos de liderança, a criação de um programa de treinamento dos líderes e a atualização e institucionalização das diversas políticas que sustentam nosso modelo de governança.

Esse modelo forte de governança será o sustentáculo dos inúmeros desafios que teremos pela frente em 2018. Estamos em meio ao processo de privatização das empresas de distribuição e há a perspectiva de venda de participação minoritária em Sociedades de Propósito Específico de transmissão e geração eólica da Eletrobras, passos necessários para sanear as finanças da companhia.

As mudanças e avanços nos preparam para enfrentar o grande desafio da democratização do capital da empresa, anunciado pelo Ministério de Minas e Energia em agosto de 2017.

José Guimarães Monforte

Presidente do Conselho de Administração da Eletrobras

Wilson Ferreira Junior

Presidente da Eletrobras



Eletrobras

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2017

Identificação geral

Em conformidade com o artigo 8º, incisos I, III e VIII, da Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, com o artigo 13, incisos I, III e VIII, do Decreto n.º 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e com os artigos 16 e 18 do Regimento do Programa Destaque em Governança de Estatais da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa da **Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobras**, referente ao exercício social de 2016, que abrange a *holding* e suas empresas controladas.

CNPJ n.º 00.001.180/0002-07, Rio de Janeiro, e n.º 00.001.180/0001-28 Brasília. NIRE 53300000859	
Sede em Brasília, Distrito Federal, e escritório central na Avenida Presidente Vargas, n.º 409, 13º andar, Rio de Janeiro, RJ	
Tipo de Estatal: Sociedade de Economia Mista – <i> Holding </i>	
Acionista Controlador: União, por meio do Tesouro Nacional	
Tipo Societário: Sociedade por Ações	
Tipo de Capital: Capital Aberto	
Abrangência de Atuação: Internacional	
Setor de Atuação: Energia	
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: Armando Casado de Araujo – Telefone: 2514-4631; e-mail: df@eletrobras.com	
Auditores Independentes atuais da empresa: KPMG Auditores Independentes Responsável Técnico: Danilo Simões – Sócio E-mail: DSimoes@kpmg.com.br ; Telefone: (21) 2207-9400	
Conselheiros de Administração Subscritores da Carta Anual	
	CPF
José Guimarães Monforte	447.507.658-72
Ariosto Antunes Culau	579.835.000-25
Mauro Gentile Rodrigues da Cunha	004.275.077-66
Manoel Arlindo Zaroni Torres	115.116.056-34
Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta	590.604.504-00
Carlos Eduardo Rodrigues Pereira	088.768.387-83
Edvaldo Luís Risso	005.199.978-16
José Pais Rangel	239.775.667-68
Vicente Falconi Campos	000.232.216-15
Wilson Ferreira Junior	012.217.298-10
Administradores Subscritores da Carta Anual	
	CPF
Wilson Ferreira Júnior – Presidente da Eletrobras	012.217.298-10
Armando Casado de Araujo – Diretor Financeiro e de Relação com Investidores	671.085.208-34
Lucia Casasanta – Diretora de Conformidade	491.887.206-91
Antônio Varejão de Godoy – Diretor de Geração	353.308.644-53
José Antonio Muniz Lopes – Diretor de Transmissão	005.135.394-68
Luiz Henrique Hamann – Diretor de Distribuição	302.332.599-53
Wilson Ferreira Júnior – Diretor de Administração	218.755.704-97



Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2017

1. Nossas Atividades

A Eletrobras é uma sociedade anônima de economia mista federal, de capital aberto e controlada pela União Federal. Atua como uma *holding* de empresas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica do Brasil por intermédio das subsidiárias Amazonas GT, Eletronorte, Chesf, Furnas, Eletronuclear, Eletrosul, CGTEE, Amazonas Energia, Eletroacre, Boa Vista Energia, Ceron, Cepisa e Ceal. Além de principal acionista dessas empresas, a Eletrobras, em nome do governo brasileiro, detém metade do capital da Itaipu Binacional. A *holding* também desenvolve projetos de P&D+I, realiza serviços tecnológicos e laboratoriais especializados por meio do Cepel e controla a Eletropar.

A companhia ainda possui participação em 175 Sociedades de Propósito Específico (SPEs) no Brasil, sendo 134 de geração e 38 de transmissão, em sua maioria com participação de até 49% do capital social, e mais 2 SPEs no exterior, além de participações minoritárias em 25 empresas de energia elétrica.

As ações ordinárias da Eletrobras são negociadas na B3 S.A. — Brasil, Bolsa, Balcão (B3) sob o código "ELET3" e as ações preferenciais classe "B" e classe "A" são negociadas na B3 sob os *tickers* "ELET6" e "ELET5", respectivamente. Na Bolsa de Valores de Nova York — NYSE, as ações são negociadas por meio do Programa de ADR nível II, sob os *tickers* "EBR" e "EBR-B". Na Bolsa de Valores de Madri — Latibex, as ações são negociadas por meio do Programa Latibex, sob os *tickers* "XELTO" e "XELTB".

A Eletrobras tem por objeto social, entre outros, a realização de estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras e linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de empresa decorrentes dessas atividades, tais como a comercialização de energia elétrica e a promoção e o apoio a pesquisas de seu interesse empresarial no setor energético, ligadas à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como estudos de aproveitamento de reservatórios para fins múltiplos.

Até abril de 2017, a Eletrobras foi a responsável pela gestão dos fundos governamentais setoriais denominados Reserva Global de Reversão (RGR), Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Além disso, cabe à Eletrobras a administração de programas de governo voltados para o desenvolvimento do setor elétrico, como o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (Luz para Todos) e o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).

Com a missão de atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável, a Eletrobras quer, em 2030, estar entre as três maiores empresas globais de energia limpa e entre as dez maiores do mundo em energia elétrica, com rentabilidade comparável às melhores do setor e sendo reconhecida por todos os seus públicos de interesse.

Em sua identidade empresarial, a Eletrobras tem como valores o foco em resultado, ética e transparência, empreendedorismo e inovação, sustentabilidade e valorização e comprometimento das pessoas, estando a companhia presente nos principais projetos estruturantes do país, o que demonstra a sua importância para construção do Sistema Interligado Nacional, exercendo assim os objetivos previstos na Lei n.º 3.890-A, de 25 de abril de 1961, que autorizou a criação da Eletrobras.



Em 2017, a Eletrobras intensificou seus esforços visando à realização das metas previstas em seu PDNG 2017-2021, superou desafios e obteve resultados importantes relacionados aos 3 Pilares Estratégicos definidos como prioridade para o quinquênio 2017-2021: Governança e Conformidade, Excelência Operacional e Disciplina Financeira.

Em relação aos projetos definidos no PDNG 2017-2021, a Eletrobras obteve os seguintes resultados:

Governança e Conformidade — Realizações

- Implementação de canal de denúncias independente;
- Melhorias no Programa Eletrobras 5 Dimensões, abordado no item 4.9
- Estabelecimento de processo de *due dilligence* para fornecedores críticos;
- Criação de Comitê e área de Segurança da Informação;
- Implementação de gerenciamento e tratamento de denúncias de forma centralizada;
- Obtenção da certificação do indicador de governança – IG/SEST – Nível 1 (Excelência), com nota dez em todas as dimensões avaliadas;
- Obtenção da certificação no Programa Destaque em Governança de Estatais da B3 (Brasil-Bolsa-Balcão);
- Alterações no Estatuto social da *Holding* e subsidiárias conforme a Lei n.º 13.303/2016;
- Política de alçadas para as empresas Eletrobras; e
- Aprovação da Política de Transações com Partes Relacionadas.

Excelência Operacional — Realizações

- Reestruturação organizacional — redução de 758 funções gratificadas, superando a meta em 29% e economia de R\$ 74,3 milhões/ano, superando a

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2017

meta em 10%;

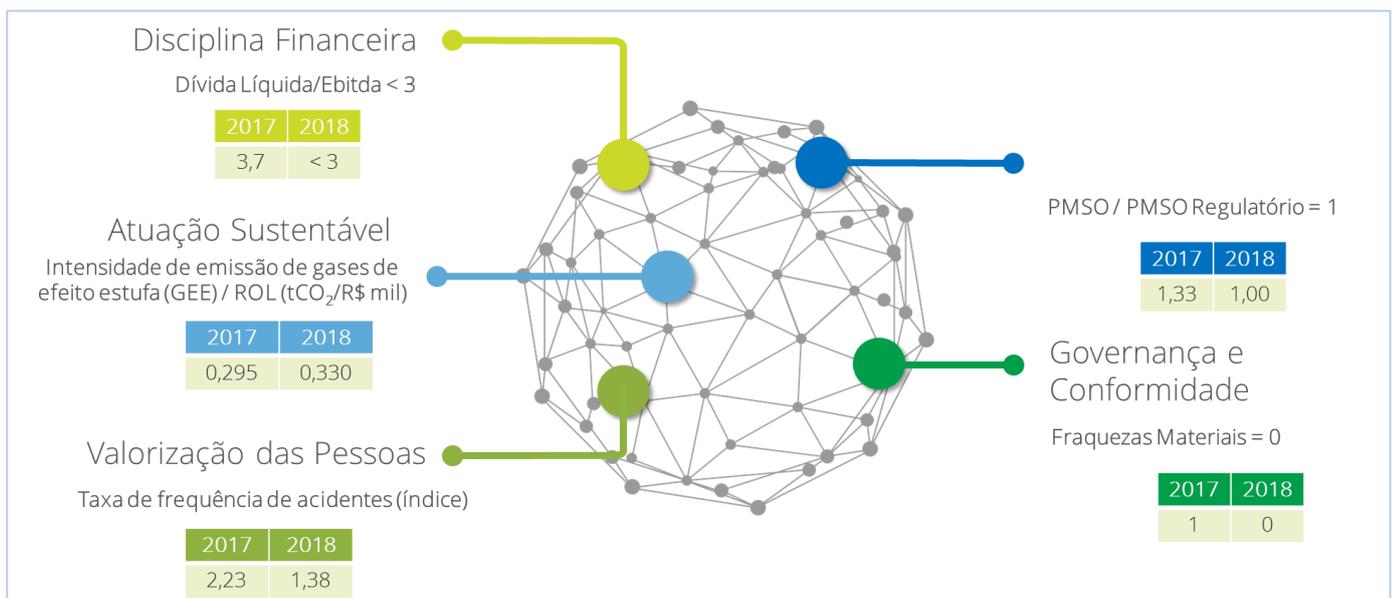
- 2.055 adesões ao Plano de Aposentadoria Extraordinário (“PAE”), resultando numa economia anual estimada de R\$ 826 milhões;
- Início da operação do Centro de Serviços Compartilhados (“CSC”) em março/18;
- Implantação do PRO-ERP em duas ondas no ano de 2018;
- Ganhos acumulados com atuação na Comercialização de Energia de R\$ 287,9 milhões; e
- Atuação integrada das empresas Eletrobras na discussão com a ANEEL acerca da revisão tarifária de Geração e Transmissão.



Disciplina Financeira — Realizações

- Redução da Dívida Líquida/Ebitda Gerencial de 6,7 em 2016 para 3,7 em 2017;
- Conclusão da modelagem para a venda da participação em 70 SPEs totalizando um montante de R\$ 2,5 bilhões em valor contábil;
- Preparação para privatização das 6 empresas distribuidoras, as quais tiveram a venda aprovada na AGE 170 realizada em fevereiro de 2018;
- Aprovação do Conselho de Administração para início dos estudos de reestruturação societária entre Eletrosul e CGTEE;
- Adesão ao novo Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) e aperfeiçoamento do processo de compensação de tributos federais, gerando um benefício de R\$ 1.831 milhões; e
- Aprovação da proposta de desestatização da Eletrobras pelo Conselho do Programa de Parceria de Investimentos (CPPI).

Dando sequência ao planejamento estratégico 2015-2030, foi lançado em 2017 o Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG), para o quinquênio 2018-2022, tendo como pilares estratégicos: Governança e Conformidade Disciplina Financeira, Excelência Operacional, Valorização das Pessoas e Atuação Sustentável.



Características do mercado de atuação

O setor elétrico brasileiro passou por modificações expressivas a partir da década de 90. Antes, a prestação dos serviços de geração, transmissão e distribuição eram executadas predominantemente por agentes estatais, assim como as atividades de operação e planejamento do sistema, tendo as reformas sido introduzidas com o intuito de viabilizar a atração de capital privado para a exploração desses serviços, o que foi viabilizado pela Constituição Federal, que permite que a União delegue a terceiros os serviços de energia elétrica, mediante concessão, permissão ou autorização.

Nesse processo, a ação estatal foi bifurcada, segregando-se a participação direta na economia do papel de planejamento e regulação. Foram criadas entidades para desempenharem essas últimas funções, tais como o Operador Nacional do Sistema — ONS (Lei n.º 9.648, de 27 de maio de 1998), a Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL (Lei n.º 9.427, de 26 de dezembro de 1996) e posteriormente a Empresa de Pesquisa Energética — EPE (Lei n.º 10.847, de 15 de março de 2004).

Foram retiradas da Eletrobras grande parte das atividades não empresariais, a fim de viabilizar sua concentração na prestação dos serviços e abrir espaço para sua participação no mercado em regime de concorrência com o setor privado.

Dentre as modificações implementadas no setor elétrico, cabe destacar a transformação outorga em contrato e a desverticalização de serviços, que pavimentaram o caminho para a criação de um ambiente regulatório que permite a livre competição nos mercados de geração e comercialização de energia e a participação de empresas estatais em regime competitivo juntamente com o setor privado, tanto nesses mercados, como para a obtenção de novas concessões de distribuição e transmissão.

Cabe realçar, ainda, a criação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica — CCEE, pela Lei n.º 10.848/04, com a finalidade de viabilizar a comercialização de energia elétrica, e o estabelecimento de dois ambientes de contratação de energia, o mercado livre e o regulado.

De acordo com o modelo vigente, a energia pode ser comercializada no Ambiente de Contratação Regulada ("ACR"), precedida de licitação e formalizada por um contrato entre as geradoras e as distribuidoras, ou no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), segmento no qual se realizam operações de compra e venda de energia elétrica por meio de contratos bilaterais livremente negociados entre geradores, comercializadores e consumidores livres.

A Constituição Brasileira estipula que o desenvolvimento, o uso e a venda de energia podem ser realizados diretamente, pelo Governo Brasileiro, ou indiretamente, por meio de concessões, permissões ou autorizações. Historicamente, a indústria brasileira de energia era dominada pelas concessionárias de geração, transmissão e distribuição controladas pelo Governo Brasileiro ou por Governos Estaduais. Em anos recentes, o Governo Brasileiro tomou algumas medidas para remodelar a indústria de energia.

De forma geral, essas medidas visaram aumentar o papel do investimento privado e eliminar as restrições ao investimento estrangeiro, aumentando dessa forma a competição na indústria de energia.

Considerando que os serviços públicos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica são objeto de contratos de concessão outorgados pelo poder público, não há concorrência na exploração de tais concessões durante o prazo de vigência dos referidos

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2017

contratos. Contudo, há concorrência significativa no período de licitação para outorga de novas concessões, situação na qual a Eletrobras concorre diretamente com outras companhias que exploram atividades ligadas ao setor elétrico nacional, dentre as quais podemos destacar, principalmente: (a) no segmento de geração: ENGIE, Petrobras e Cemig (b) no segmento de transmissão: CTEEP, Cemig e TAESA; e (c) no segmento de distribuição: Cemig D, Neoenergia e CPFL.

Conforme estabelecido na lei n.º 10.848, de 15 de março de 2004 (“Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico”), e de acordo com o novo modelo do setor elétrico, a energia poderá ser comercializada no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”), que deverá ser precedida de licitação e formalizada por um contrato entre os geradores e os distribuidores nos termos do leilão, ou no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), segmento no qual se realizam operações de compra e venda de energia elétrica por meio de contratos bilaterais livremente negociados entre geradores, comercializadores e consumidores livres.

Além disso, empresas do setor elétrico estão sujeitas às disposições da Resolução da ANEEL n.º 378, de 10 de novembro de 2009, a qual estabelece os procedimentos para análise de atos de concentração. Ao identificar ato que possa constituir infração à ordem econômica (inclusive atos de concentração econômica), a ANEEL deverá notificar a Secretaria de Direito Econômico (“SDE”), para que seja verificada a legalidade do ato de concentração. O descumprimento das disposições da Resolução da ANEEL n.º 378/2009 poderá sujeitar o agente à aplicação de penalidades regulatórias.

Processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas.

A tarifa de energia corresponde ao preço cobrado por unidade de energia elétrica (R\$/kWh). O preço da energia elétrica é baseado nos custos incorridos desde a sua geração até sua entrega aos consumidores, bem como à sua disponibilidade (24 horas por dia, sete dias por semana).

O preço da energia elétrica, portanto, deve ser suficiente para cobrir os custos de operação e expansão de todos os elementos do setor elétrico que compõem o sistema, desde a unidade de geração até o ponto de conexão em baixa voltagem para consumidores. Tais custos devem, de forma geral, cobrir investimentos realizados na rede e na sua operação diária, que por sua vez devem resultar em índices de falha reduzidos e tempos mais curtos de possíveis reparos.

Adicionalmente, além desses custos, diretamente relacionados aos componentes físicos do sistema, há ainda encargos e tributos. De forma sumária, a tarifa de energia elétrica para consumidores na área de concessão de empresas de distribuição é composta por:

- Custo de aquisição de energia elétrica;
- Custos relativos ao uso do sistema de distribuição;
- Custos relativos ao uso do sistema de transmissão;
- Perdas técnicas e comerciais; e
- Encargos e tributos diversos.

Os custos de aquisição de energia elétrica correspondem àqueles de contratação de energia por meio de leilões regulados. A empresa de distribuição adquire um montante de energia que



Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2017

considera suficiente para atender seu mercado cativo. Os custos de energia são alocados à chamada Tarifa de Energia (TE) e repassadas aos consumidores sem margem de lucro.

Custos relacionados ao uso do sistema de distribuição são incluídos da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), incluindo despesas de capital e custos de operação e manutenção das redes de distribuição.

Os custos relativos a perdas de energia são divididos em dois tipos: perdas técnicas e perdas comerciais. Perdas técnicas são inerentes a qualquer circuito elétrico. Qualquer fio condutor possui resistência, que resulta na transformação em calor da passagem de corrente elétrica. Portanto, todos os consumidores pagam pelas perdas técnicas de energia derivadas de seu próprio consumo. Perdas comerciais são relacionadas a furto de energia e problemas na medição. No Brasil, dependendo da área de concessão, perdas comerciais representam uma grande parte dos custos de energia elétrica. Isso significa que consumidores regulares pagam parte do consumo irregular de consumidores que se valem dessas práticas ilegais.

Os tributos são divididos em: PIS/PASEP - PIS (Programas de Integração Social) e COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadoria). O ICMS, que varia de acordo com o Estado, pode representar até 30% da conta de energia do consumidor.

Nossas empresas

Em 31 de dezembro de 2017, as atividades de geração, transmissão e distribuição da Eletrobras eram desenvolvidas no Brasil por meio de 13 subsidiárias regionais e pela Itaipu Binacional (além de participação indireta em 175 Sociedades de Propósito Específico - SPEs no Brasil, 2 SPEs no exterior e participações minoritárias em 25 sociedades):

- **Itaipu**, uma usina em que a Eletrobras e uma entidade governamental paraguaia (ANDE) detêm, cada, uma participação de 50,0%, e que é uma das maiores hidrelétricas do mundo em volume de energia elétrica gerada;
- **Furnas**, que desenvolve atividades de geração e transmissão no Sudeste e parte do Centro-oeste do Brasil;
- **Chesf**, que desenvolve atividades de geração e transmissão na região Nordeste do Brasil;
- **Eletronorte**, que desenvolve atividades de geração, transmissão e distribuição no Norte e parte do Centro-oeste do Brasil;
- **Eletronuclear**, que possui e opera duas usinas nucleares, Angra 1 e Angra 2, e está construindo uma terceira, Angra 3;
- **Amazonas Distribuidora**, que desenvolve atividades de distribuição no estado do Amazonas. A Amazonas Energia opera na área que era atendida, até março de 2008, pela Ceam, que era detida diretamente pela Eletrobras, mas não mais existe como uma empresa operacional;
- **Amazonas Geração e Transmissão de Energia S/A**, que desenvolve atividades de geração e transmissão no estado do Amazonas;
- **Eletrosul**, que desenvolve atividades de geração e transmissão nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Paraná;
- **Cepisa**, que desenvolve atividades de distribuição no estado do Piauí;
- **Ceal**, que desenvolve atividades de distribuição no estado de Alagoas;



Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2017

- **Ceron**, que desenvolve atividades de distribuição no estado de Rondônia;
- **Boa Vista Energia**, que desenvolve atividades de distribuição no estado de Roraima;
- **CGTEE**, que possui e opera usinas termelétricas na região sul do Brasil; e
- **Eletroacre**, que desenvolve atividades de distribuição no estado do Acre.

A Eletrobras é, também, a principal patrocinadora do Cepel, o maior centro de pesquisa tecnológica e desenvolvimento no setor elétrico na América Latina.

Adicionalmente, a companhia detém participação majoritária na Eletropar, uma empresa que possui participação minoritária relevante na Eletronet S.A. e, além disso, detém participações minoritárias nas seguintes empresas de energia: (i) Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.; (ii) Energias do Brasil S.A. (EDP); (iii) Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP) e (iv) Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMAE).

Em 2017, a Eletrobras buscou atuar, prioritariamente, em projetos de integração regional e de geração de energia renovável no continente latino-americano. A empresa também tem buscado fortalecer as relações com agentes locais e com organismos multilaterais de fomento para o desenvolvimento de seus projetos internacionais.

Atualmente, a companhia tem como foco os projetos de integração regional e de geração de energia renovável no continente latino-americano. Atuando com base em suas vantagens competitivas, como a *expertise* em grandes projetos hidrelétricos e integração regional, porte e posicionamento geopolítico favorável, a empresa vem avaliando uma carteira de projetos no exterior, privilegiando parcerias locais, com foco na criação de valor, garantindo retorno adequado aos investimentos internacionais.

Destaca-se, neste período, o avanço nas negociações entre a Eletrobras e a estatal argentina EBISA (*Emprendimientos Energéticos Binacionales Sociedad Anónima*) objetivando a retomada dos estudos de viabilidade para instalação de aproveitamentos hidrelétricos no rio Uruguai, na fronteira entre o Brasil e a Argentina.

Da mesma forma, evoluíram significativamente as tratativas junto à estatal boliviana ENDE (*Empresa Nacional de Electricidad*) relacionadas à exploração do potencial energético na fronteira entre Brasil e Bolívia.

Adicionalmente, a Eletrobras manteve sua parceria estratégica com a estatal uruguaia UTE (*Administración Nacional de Usinas y Trasmisiones Eléctricas*), com o objetivo de promover a geração de energia de fontes renováveis, exemplificada no desenvolvimento e operação conjunta no Parque Eólico Artilleros (65 MW).

Em dezembro de 2017, a Eletrobras possuía uma Carteira de Projetos Internacionais composta por 8 projetos, com cerca de 4,7 GW em projetos de geração e 900 km em projetos de transmissão. Dois projetos eólicos no Uruguai foram agrupados em um único por questões estratégicas.

Como perspectivas futuras, a Eletrobras e estatal boliviana ENDE (*Empresa Nacional de Electricidad*) também vêm avaliando conjuntamente a possibilidade de desenvolvimento de interconexões elétricas entre Brasil e Bolívia. Com esse objetivo, as empresas iniciaram, em 2017, negociações com agência multilateral de fomento para apoio à realização de um estudo de interconexão elétrica entre os dois países.



Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2017

Atualmente, a empresa é o agente responsável pela importação de energia da República Oriental do Uruguai e, em 2017, comercializou mais de 980 GWh de energia da estatal uruguaia UTE (*Administración Nacional de Usinas y Trasmisiones Eléctricas*) no mercado brasileiro.

Adicionalmente, na região amazônica, a Eletrobras permanece apoiando a realização dos estudos de avaliação do Projeto Arco Norte, um sistema de transmissão de aproximadamente 1.900 km de extensão que visa à transferência da energia a ser gerada por novos empreendimentos de geração, entre Brasil, Guiana, Suriname e Guiana Francesa.

Em continuidade às ações de integração regional está prevista também a realização de um estudo, com o apoio de agência multilateral de fomento, visando avaliar alternativas de interconexão elétrica entre Brasil e Bolívia.

Mais informações sobre as principais atividades do emissor e suas controladas, bem como produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais nos itens 7.1 e 7.3, respectivamente, do Formulário de Referência, encontram-se disponíveis em <http://eletrobras.com/pt/ri/Paginas/home.aspx>.

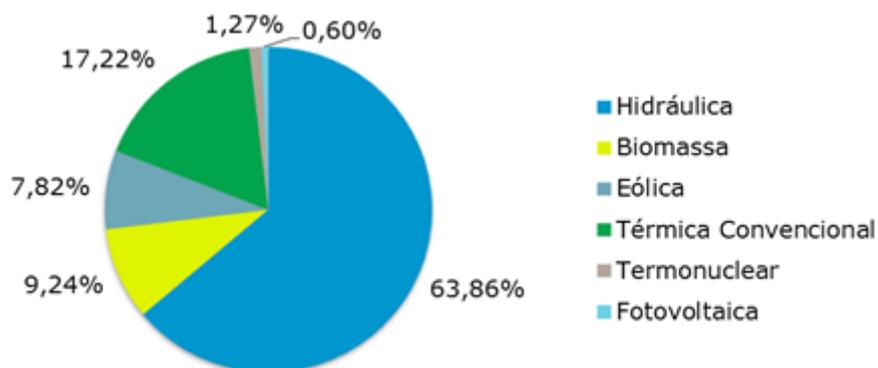
Negócio de Geração

A Eletrobras, em 31 de dezembro de 2017, atingiu a capacidade instalada de 48.134 MW em empreendimentos de geração, o que representa 31% dos 157.370 MW instalados no Brasil. Desse total, 66% são compostos de empreendimentos de propriedade integral do sistema Eletrobras, 17% de empreendimentos realizados por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPEs) e 17% de empreendimentos em propriedade compartilhada, incluindo aqui metade da capacidade da Itaipu Binacional (7.000 MW), que representa 15% do total. De forma alavancada, ou seja, considerando a capacidade instalada total dos empreendimentos em parceria além dos corporativos, a Eletrobras contribui com 66.036 MW, o que corresponde a 42% da capacidade instaladas na matriz brasileira.

Cerca de 95% da capacidade instalada da Eletrobras provém de fontes com baixa emissão de gases de efeito estufa ("GEE"), contribuindo de forma decisiva para que a matriz elétrica brasileira seja uma das mais limpas e renováveis do mundo. Do total de capacidade instalada alavancada em empreendimentos com baixa emissão de gases de efeito estufa em relação à capacidade do Brasil, em 31 de dezembro de 2017, 40% pertencem à Eletrobras.

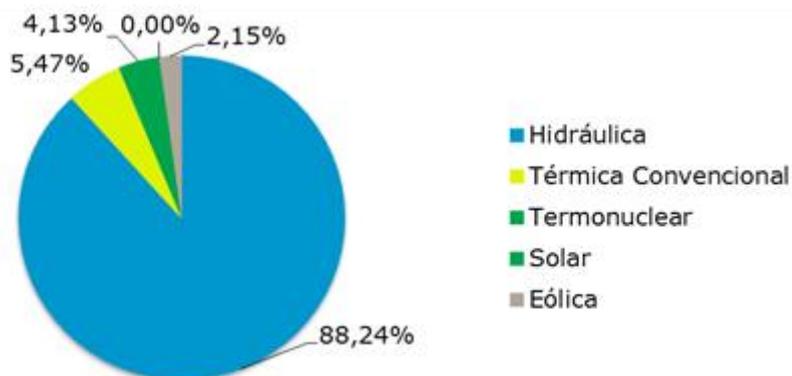


Matriz Elétrica Brasileira (sem importação)



Fonte: ANEEL

Matriz Elétrica Eletrobras (sem importação)



Fonte: Holding



Eletrobras

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2017

Capacidade Instalada - MW

Empresa	Total	
	MW	%
Eletrobras Holding (1)	689	1,4%
Eletronorte	10.386	21,6%
Chesf	12.158	25,3%
Furnas	11.881	24,7%
Eletronuclear	1.990	4,1%
Eletrosul	2.190	4,5%
CGTEE	413	0,9%
Itaipu Binacional	7.000	14,5%
Amazonas G&T	1.020	2,1%
Empresas Distribuidoras	406	0,8%
Total Geral	48.134	100,0%

(1) O Parque Eólico de Artilleros não foi contemplado, pois trata-se de empreendimento no exterior.

Fonte: Informe aos Investidores 4T17

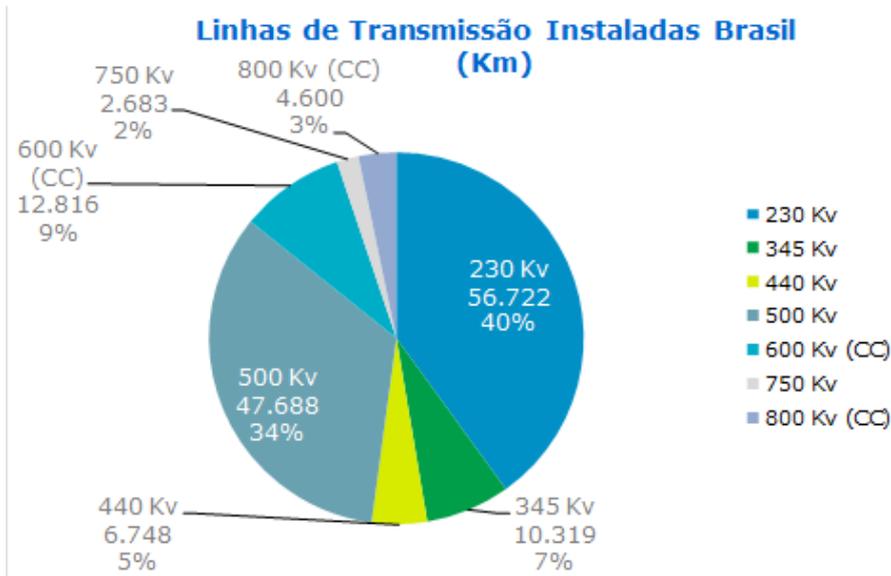
Negócio de Transmissão

Em 31 de dezembro de 2017, a malha de linhas de transmissão das empresas Eletrobras atingiu um total aproximado de 71.684 km. Desse total, (i) 6.823 km são corporativas; (ii) 57.010 km são corporativas Sob Regime de O&M; (iii) 7.851 km são correspondentes à proporção de suas participações acionárias em empreendimentos realizados pelas empresas Eletrobras por meio de SPes. Considerando apenas a rede básica do Sistema Interligado Nacional, ou seja, as tensões de ± 800 , 750, ± 600 , 525/500, 345 e 230 kV, a Eletrobras é responsável por 64.944 km de linhas de transmissão, o que representa cerca de 49% do total das linhas de transmissão do Brasil nas referidas tensões.

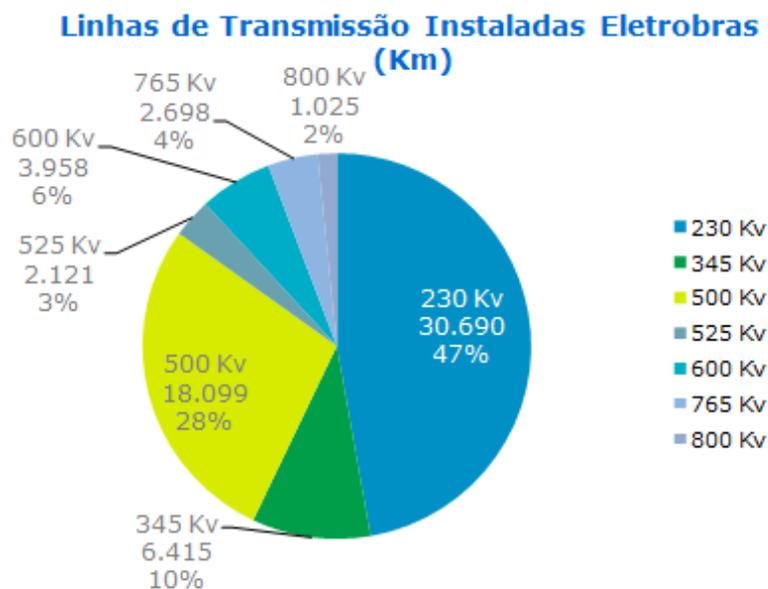
Linhas de Transmissão - Km

Empresa	Total	
	Km	%
Eletronorte	14.102	19,7%
Chesf	22.185	30,9%
Furnas	22.838	31,9%
Eletrosul	12.169	17,0%
Amazonas G&T	390	0,5%
Total Geral	71.684	100,0%

Fonte: Informe aos Investidores 4T17



Fonte: Boletim Mensal de Monitoramento do Sistema Elétrico Brasileiro



Fonte: Holding

Negócio de Distribuição

As empresas de Distribuição de Energia Elétrica da Eletrobras ("EDE"), atuam em 02 (dois) estados da Região Nordeste e 04 (quatro) estados da Região Norte, atendendo a mais de 4 milhões de consumidores. Em dezembro de 2017, essas empresas utilizavam uma rede de distribuição de energia de baixa, média e alta tensão, com 252.329 km de extensão e um total de 229 subestações, compreendendo 476 municípios.

As distribuidoras faturaram um volume de energia no mercado cativo de 16.118 GWh, uma redução de 6% comparado ao ano de 2016, devido, principalmente, à desaceleração da economia, que impactou as classes industrial e comercial em -32,8% e -6,7%, respectivamente.

Classes de Consumos	Energia Vendida (MWh)		
	2016	2017	(%)
Residencial	7.080.356	7.185.000	1,48%
Industrial	2.555.741	1.718.713	-32,75%
Comercial	3.754.061	3.500.794	-6,75%
Rural	773.598	802.018	3,67%
Poder Público	1.427.283	1.419.756	-0,53%
Iluminação Pública	782.716	900.266	15,02%
Serviço Público	638.367	560.802	-12,15%
Consumo Próprio	70.632	30.426	-56,92%
Total de Cativos	17.082.754	16.117.776	-5,65%
Suprimento*	388.789	394.963	1,59%
TOTAL E. Vendida	17.471.543	16.512.739	-5,49%

*Valor de 2016 foi alterado por considerar também o Suprimento de Alagoas, Piauí e Rondônia.

Pesquisa & Desenvolvimento (P&D)

Nosso compromisso de levar energia e desenvolvimento sustentável para o país está presente na missão, na visão e nos valores organizacionais da companhia e na transversalidade dos nossos programas de energia elétrica.

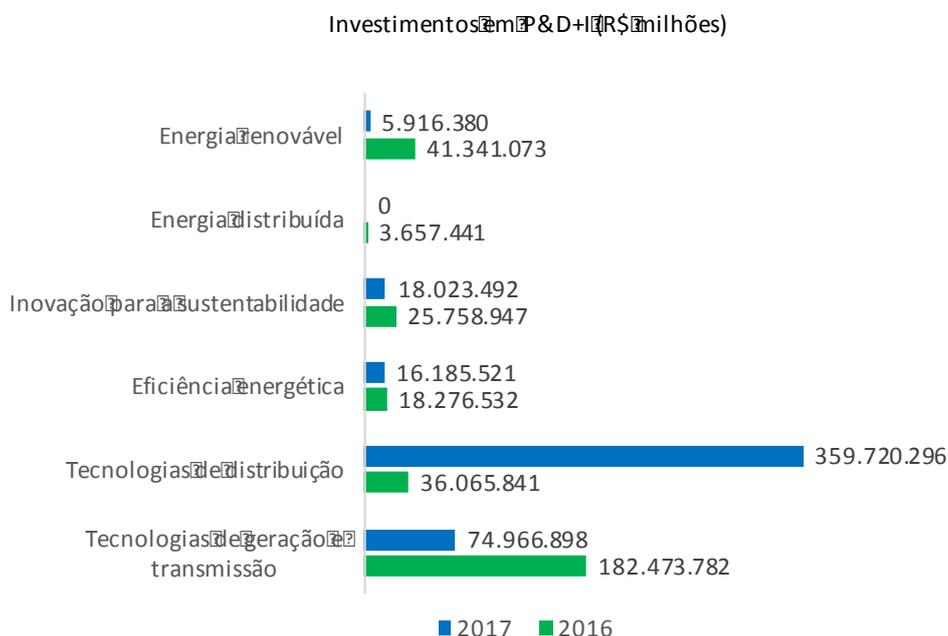
Dada a relevância desse processo de inovação, desde 2000 as empresas do setor elétrico foram obrigadas por lei a aplicar 1% de sua receita operacional líquida em P&D. Na Eletrobras, desde 1974 contamos com o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL), órgão dedicado à pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica, que trabalha criando soluções e produtos para todo o setor de energia elétrica no Brasil.

Fundado pela Eletrobras, Chesf, Furnas, Eletronorte e Eletrosul, o CEPEL é resultado de uma visão estratégica da Eletrobras e do MME com relação ao desenvolvimento tecnológico e à inovação.

O CEPEL exerce a Secretaria Executiva de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D+I) e Tecnologia da Comissão de Política Tecnológica (CPT) das empresas Eletrobras, e suas linhas de pesquisa são definidas em sintonia com os desafios tecnológicos nas áreas de atuação da Eletrobras e de suas empresas.

Classificado como um "Laboratório de Produtos", o CEPEL conta com uma infraestrutura avançada para a pesquisa aplicada em sistemas e equipamento elétricos, na concepção e no fornecimento de soluções tecnológicas especialmente voltadas à geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica no Brasil.

Em 2017, investimos R\$ 307,6 milhões em P&D+I considerando os projetos do CEPEL e das empresas Eletrobras.



Como um dos mais importantes investimentos de sua história recente, o Laboratório de Ultra Alta Tensão ao Tempo (“Lab UAT Externo”) encontra-se operacional desde novembro de 2016, com capacidade para realizar pesquisas experimentais, desenvolvimentos e ensaios em configurações de linhas de transmissão e equipamentos associados, até as classes de tensão de ± 1000 kV CC e 1200 kV CA, podendo assim dar suporte às empresas Eletrobras, ao setor elétrico e fabricantes, em parceria com a academia e centros de pesquisas nacionais e internacionais, para o desenvolvimento e a otimização de projetos dessa nova fronteira de tensão operacional. Ao longo de 2017 foi montado um arranjo que reproduz um trecho do sistema de transmissão de Belo Monte, que permitirá a condução dos primeiros projetos experimentais sobre seu comportamento já em 2018.

Em 2017, o aporte de contribuições institucionais das empresas Eletrobras, no atendimento de sua obrigação estatutária para suporte e desenvolvimento do CEPEL, somou R\$ 188 milhões. O levantamento anual dos projetos de P&D+I das empresas Eletrobras, incluindo os projetos da Carteira Institucionais do CEPEL, realizado em 2017 pela Secretaria Executiva da Comissão de Política Tecnológica (“CPT”), identificou 230 projetos, sendo 142 das empresas Eletrobras e 88 da Carteira Institucional. A distribuição desses projetos pelos Temas Prioritários do Plano de Ação em P&D+I 2014-2018 da CPT mostra que o tema Geração concentra o maior número de projetos (19%), seguido pelos temas Tecnologia de Equipamentos (15%) e Operação (14%).

Especificamente no que se refere à evolução tecnológica do sistema elétrico brasileiro, assistimos à rápida disseminação de fontes distribuídas e intermitentes de energia, eólica e solar principalmente. O resultante crescimento da participação desse tipo de fontes na nossa matriz elétrica traz diferentes desafios para o modelo de planejamento da expansão, operação do sistema e no próprio domínio tecnológico dos equipamentos envolvidos. O CEPEL se prepara para esses desafios investindo na evolução de ferramentas como o Newave (de forma a incorporar essas novas fontes), a homologação do DESSEM, para atendimento de evolução regulatória prevista para 2019.



Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2017

No final de 2017 foi aprovado o novo Estatuto do CEPEL, cuja principal motivação foi ampliar e tornar mais claros os benefícios concedidos aos Associados do Centro, visando ampliar o quadro de associados (Associados Especiais) e dar maior transparência à utilização dos recursos aportados. Como resultado imediato e importante dessa política, a Petrobras ingressou no quadro associativo do CEPEL, em uma condição especial que já prevê investimentos significativos em infraestrutura laboratorial e parcerias em projetos de pesquisa de interesse comum.

Para o ano de 2018, prevê-se uma priorização de investimentos voltados para as pesquisas em Redes Elétricas Inteligentes — concentrando-se na implantação do Laboratório de *Smart Grid* — e pesquisas em Geração Complementar, implementando-se infraestrutura laboratorial para possibilitar estudos relacionados ao desempenho de painéis fotovoltaicos.

Com relação a patentes e licenças, a “Eletrobras” é uma marca registrada no Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Além disso, o Cepel tem doze patentes requeridas e quatro concedidas (dezesseis no total). A Eletronorte possui sessenta e cinco patentes requeridas e duas concedidas (sessenta e sete no total). A Eletrosul possui seis patentes concedidas, a Chesf tem duas patentes exigidas e Furnas tem dezoito patentes requeridas dentro do INPI relacionadas a equipamentos e processos de fabricação. Além disso, Furnas possui cinco patentes concedidas registradas no Canadá, a Chesf possui duas patentes concedidas registradas na China e o Cepel tem seis patentes concedidas registradas fora do Brasil.

Gestão Ambiental

A Eletrobras possui um sistema de gestão ambiental que se baseia em três elementos principais: a Política Ambiental das Empresas Eletrobras, o Comitê de Meio Ambiente das Empresas Eletrobras — SCMA e o Sistema de Indicadores de Gestão da Sustentabilidade Empresarial (Sistema IGS).

A Política Ambiental das Empresas Eletrobras apresenta diretrizes gerais para a articulação interna e externa, para o relacionamento com a sociedade, para o uso sustentável de recursos energéticos, para o desenvolvimento científico e tecnológico e também para a gestão ambiental. Também foram estabelecidas diretrizes temáticas para a biodiversidade, educação ambiental, comunicação ambiental, mudanças climáticas, gestão patrimonial e ambiental dos reservatórios e remanejamento de populações atingidas por empreendimentos de energia elétrica.

Cabe às empresas Eletrobras incorporar aos seus processos internos os princípios e diretrizes da Política Ambiental, aplicando-os nas operações de produção e nas instalações empresariais, no desenvolvimento e na oferta de novos serviços, produtos e projetos, na seleção de fornecedores, prestadores de serviço e contratados, nas atividades de distribuição e de logística e na gestão de resíduos, efluentes e emissões atmosféricas. Devemos resguardar, também, que a Política Ambiental seja reconhecida por nossos parceiros de negócios e que seja aplicada na realização de *due diligences*, fusões e aquisições que envolvam nossas empresas.

Com relação à gestão de emissões e em consonância com a “Declaração de Compromisso da Eletrobras sobre Mudanças Climáticas”, publicada em 2012, e com a ODS 13 – Combate às alterações climáticas, a Eletrobras lançará em 2018 o seu décimo Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa, que reitera o seu compromisso com o tratamento do tema das mudanças climáticas. O documento apresenta as emissões de GEE das empresas Eletrobras

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2017

para o ano base 2017. O Inventário, auditado pela KPMG, reúne dados de todas as empresas Eletrobras. Registra uma significativa redução de emissões no exercício devido, principalmente, à redução na atividade de geração termelétrica. A meta de redução das emissões de GEE entre 2016 e 2017 estabelecida no PDNG 2017-2021 foi atendida, com redução de 12,9% das emissões considerando os escopos 1, 2 e 3. As metas do PDNG 2017-2021 de reduzir o consumo de combustíveis fósseis e o consumo de energia elétrica própria (consumo de energia elétrica proveniente de rede pública de distribuição) entre 2016 e 2017 também foram alcançadas, com reduções de 11,3% e 27,1%, respectivamente.

A gestão de riscos e oportunidades relacionadas às mudanças climáticas da Eletrobras se baseia na constante identificação e análise da exposição a diferentes ameaças, assim como na adoção de estratégias de maximização dos resultados econômicos, sociais e ambientais, considerando os *trade-offs* e mantendo os riscos dentro de limites preestabelecidos e supervisionados. Temos gerido o risco de mudanças climáticas e tratado todos os seus aspectos por meio do Grupo de Trabalho Estratégia Climática do Comitê de Meio Ambiente das Empresas Eletrobras, que vem desenvolvendo um estudo piloto visando fornecer bases para a construção futura de uma estratégia de adaptação às mudanças climáticas para as empresas Eletrobras.

Caso haja, futuramente, uma taxação das emissões de CO₂ nas atividades produtivas do país, com o resultado das emissões anuais de GEE das suas principais usinas termelétricas, a Eletrobras, desde 2013, vem fazendo o exercício de avaliar o impacto financeiro dessa taxação sobre o fluxo de caixa dos empreendimentos a ela sensíveis. A iniciativa de adotar um preço interno de carbono colocou a Eletrobras como uma das empresas *benchmark* no *Carbon Disclosure Project* (CDP), na categoria de Utilidades.

Como resultado desse trabalho, em 2017 assinamos a Carta Aberta “Setor privado apoia a precificação de carbono no Brasil”, documento do setor privado em prol da precificação de carbono, elaborada pela Iniciativa Empresarial em Clima, com apoio da *Carbon Pricing Leadership Coalition* (CPLC), do Banco Mundial, e aderimos, também, ao “Posicionamento sobre mecanismos de precificação de carbono”, documento lançado em 2016 pela Iniciativa Empresarial em Clima.

No que diz respeito à biodiversidade, a gestão e a minimização dos impactos sobre esse aspecto são tema prioritário na nossa estratégia de atuação e uma diretriz a ser seguida desde o planejamento até a operação dos empreendimentos. Mantemos um grupo de trabalho permanente — Grupo de Trabalho de Recursos Aquáticos e Biodiversidade — no Comitê de Meio Ambiente das Empresas Eletrobras, que desenvolve, desde 2016, um estudo sobre a exposição a riscos relacionados à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos e as oportunidades dessa interação, visando à melhoria da gestão e do desempenho das empresas.

Em 2017, o GT finalizou a etapa de identificação de impactos e dependências relacionados à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos e realizou o *workshop* Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos na Gestão Empresarial, que teve como objeto central a relação entre o negócio de grandes empresas e a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos, temas de vital importância para a utilização racional dos recursos naturais.

O Relatório Anual, o Inventário Anual de Emissões de Gases de Efeito Estufa e a Política Ambiental das Empresas Eletrobras, além de outras informações sobre a gestão ambiental na Eletrobras, podem ser obtidos no website da Eletrobras (www.eletrobras.com), nas seções “Meio Ambiente” e “Sustentabilidade”.



Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2017

A Eletrobras, no âmbito da Gestão de Riscos Corporativos, priorizou o risco “Gestão Socioambiental de Empreendimentos” para análise e monitoramento durante o ciclo 2018, por meio do fornecimento contínuo de indicadores de risco (KRIs) para análise e monitoramento do risco e comparação dos resultados com seus respectivos limites de exposição. Os limites de exposição, bem como a periodicidade de reporte destes KRIs deverão ser aprovados pela alta administração da companhia.

As empresas Eletrobras investiram em 2017 um total de R\$ 527,0 milhões em ações de preservação e conservação ambiental.

Responsabilidade Social

Em alinhamento ao Pacto Global da ONU, do qual a empresa é signatária, e em consonância com suas Políticas de Sustentabilidade, Ambiental, de Responsabilidade Social e de Comunicação e Engajamento com Públicos de Interesse, a Eletrobras busca promover o diálogo ético e transparente com vistas à construção de engajamento e relacionamento qualificado junto às comunidades em que atua, reconhecendo sua cultura, formas de organização social e os representantes por elas indicados.

Demonstrando o compromisso com o desenvolvimento sustentável, a Eletrobras apoia projetos de caráter social cuja priorização é orientada pela Política de Responsabilidade Social das Empresas Eletrobras. Dentre outras referências, a Política foi construída com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), também utilizados como critérios para seleção de projetos sociais que venham a ser apoiados pela empresa sempre com vistas a promover a superação das desigualdades e o desenvolvimento sustentável.

A Eletrobras também apoia outras iniciativas de caráter social por meio do Programa de Voluntariado, proporcionando maior proximidade dos colaboradores com a comunidade em que atua.

A Política de Patrocínios das Empresas Eletrobras estabelece diretrizes para investimento em projetos culturais, esportivos, socioambientais, educacionais e técnico-científicos. Uma dessas diretrizes é a ampliação da democratização do acesso aos recursos destinados ao patrocínio de projetos culturais como filmes, produções teatrais, difusão de manifestações culturais tradicionais e publicações, que é realizada por meio do Programa de Patrocínio Cultural. A empresa também seleciona projetos de eventos do setor elétrico pelo Programa de Patrocínio das Empresas Eletrobras a Eventos do Setor Elétrico.

Em 2017, os investimentos sociais realizados pelas empresas Eletrobras superaram R\$ 260 milhões. Desse valor, R\$ 41,4 milhões referem-se a patrocínios.

Todas as políticas corporativas da Eletrobras estão disponíveis a todos os públicos no *website* da empresa.

Em seguimento ao disposto na Lei n.º 12.232, de 29 de abril de 2010, os dispêndios em publicidade realizados pela Eletrobras *holding* são mensalmente divulgados no portal da empresa na internet: <http://eletrobras.com/pt/Paginas/Investimentos-em-Publicidade.aspx>.

No ano de 2017, o investimento em comunicação institucional das empresas Eletrobras (ações de publicidade, publicidade legal e comunicação interna) superou R\$ 56 milhões.



Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2017

A área de comunicação também disponibiliza dados sobre sua gestão mediante solicitações por meio da Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527) possibilitando, assim, o amplo acesso e transparência às suas atividades.

Outras informações relevantes sobre nossas atividades relacionadas a publicidade, patrocínios, parcerias e convênios podem ser encontradas no item 10.9 do Formulário de Referência da Eletrobras, disponível em <http://eletrobras.com/pt/ri/Paginas/home.aspx>.

2. Nosso Compromisso Público

Conforme estabelecido na Lei de criação da Eletrobras (Lei n.º 3.890-A/61) e em seu Estatuto Social, a companhia, na qualidade de sociedade de economia mista federal, foi criada com objetivo de explorar as atividades econômicas relacionadas ao setor energético, devido ao relevante interesse coletivo envolvido nas referidas atividades que envolvem inclusive a prestação de serviços públicos.

A Eletrobras, entretanto, respaldada pelo interesse coletivo que justificou sua criação, também atua como braço do governo federal na implementação de programas de governo que visam ao desenvolvimento e aprimoramento da política energética do país.

Os recursos dos Fundos Setoriais não integravam as Demonstrações Financeiras da Eletrobras, exceto pela Reserva Global de Reversão (RGR). A RGR constituiu uma das principais fontes de recursos para desenvolvimento do setor elétrico brasileiro, aparecendo no passivo da Eletrobras, com a respectiva contrapartida no ativo. Mais informações sobre os fundos setoriais administrados pela Eletrobras até 30 de abril de 2017 estão descritas no item 16.1 do Formulário de Referência, disponível em <http://eletrobras.com/pt/ri/Paginas/home.aspx>.

É importante destacar que a Lei n.º 13.360, de 17 de novembro de 2016, regulamentada pelo Decreto n.º 9.022/2017, transferiu a responsabilidade pelo orçamento, gestão e movimentação dos Fundos Setoriais Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e Reserva Global de Reversão (RGR) da Eletrobras para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), a partir de 1º de maio de 2017.

As regras da transição da gestão dos Fundos Setoriais da Eletrobras para a CCEE foram definidas pelo Despacho da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) n.º 1.079/2017, cujos prazos estão sendo integralmente cumpridos pela Eletrobras.

Com relação aos programas de governo, os recursos utilizados advêm diretamente do governo federal, na forma de recursos alocados ao setor e dos consumidores de energia elétrica, conforme descrito a seguir.

Luz para Todos

O Programa Luz Para Todos (LPT) visa propiciar, até o ano de 2022, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público.

Em 1º de maio de 2017, em cumprimento à Lei n.º 13.360, de 17 de novembro de 2016, a gestão dos fundos setoriais foi transferida da Eletrobras *holding* para a CCEE.



Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2017

Os recursos necessários ao desenvolvimento do Programa vêm do Governo Federal a título de subvenção, por meio da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e a título de financiamento, por meio da Reserva Global de Reversão (RGR) ou da Caixa Econômica Federal, além de recursos dos governos estaduais envolvidos e dos Agentes Executores. Até o final do ano de 2017, esses recursos totalizaram R\$ 25,16 bilhões, sendo R\$ 18,26 bilhões (73%) referentes aos recursos setoriais (CDE e RGR).

O Programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia — MME e conta com a participação da Eletrobras *holding*, que realiza a gestão dos contratos e o acompanhamento da execução dos conjuntos de obras de eletrificação rural associadas ao Programa. Por não atuar como executora no Programa, a Eletrobras *holding* não apresenta metas de universalização.

Na Eletrobras *holding* foram implementados controles internos, com o mapeamento dos processos e atividades nela desenvolvidas, sendo periodicamente realizadas auditorias internas. Também são realizadas auditorias externas por órgãos de controle, como a Controladoria-Geral da União, além de serem atendidas diversas demandas por informações da Aneel, MME, Ministérios Públicos, Polícia Federal, entre outros, buscando dessa forma prover transparência aos processos sob gestão da Eletrobras *holding*.

No ano de 2017, foram realizadas 57.310 ligações no âmbito do Programa, acumulando um montante de 3.389.037 ligações efetuadas desde 2004, o que corresponde a mais de 16,2 milhões de pessoas beneficiadas no meio rural brasileiro. Com relação às metas assumidas para o final de 2017, foi superada a meta global de 3.373.118 ligações, computados os compromissos dos executores com a Eletrobras *holding* e com os governos estaduais.

Considerando apenas os compromissos com a Eletrobras *holding*, foram cadastrados no Sistema de Gerenciamento de Projetos do Programa Luz para Todos 7.776 projetos no ano de 2017, totalizando 535.504 projetos desde 2004. Esse total de obras resultou no atendimento de 2.923.843 ligações, o que corresponde a 93% do total de ligações contratadas entre os Agentes Executores e a Eletrobras *holding*.

Ainda no âmbito do Programa, a Eletrobras *holding*, no período 2010 a 2012, firmou com os Agentes Executores 18 contratos relacionados a Projetos Especiais, com base na Portaria n.º 60, de 12/02/2009, do MME, com recursos originados da CDE, no montante de R\$ 7,61 milhões, visando ao atendimento de 377 unidades consumidoras em localidades de extremo isolamento utilizando Fontes Renováveis de Energia. Desse montante, até o final do ano de 2017, foi comprovada a ligação de 328 unidades consumidoras, por meio de inspeções físicas. Em 2017, foi liberado R\$ 0,74 bilhão originado de recursos da CDE. Desde 2004, já foi liberado um montante de R\$ 15,02 bilhões (recursos da CDE e RGR), de um total contratado de R\$ 18,26 bilhões, ou seja, 82% do total de recursos contratados.

Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica

O Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) foi criado, em 26 de abril de 2002, pela Lei n.º 10.438, e regulamentado mediante o Decreto n.º 5.025/04, iniciando o processo de sua implantação em 2004.

O Proinfa tem cumprido seu objetivo de promover a diversificação da matriz energética brasileira a partir do aumento da participação de empreendimentos com base em fontes eólica, pequena central hidrelétrica (PCH) e biomassa. À Eletrobras foi assegurado o direito à compra e comercialização da energia contratada das usinas do Proinfa pelo período de 20 anos a partir da data de entrada em operação comercial dos empreendimentos.

A realização do Proinfa contribuiu para a diversificação da matriz energética do país por meio do aproveitamento de fontes energéticas locais, além de contribuir para a geração de cerca de 150.000 empregos diretos e indiretos em todo o país, proporcionando grandes demandas industriais e internalização de tecnologia de ponta.

O Proinfa adicionou ao SIN um total de 131 novos empreendimentos, divididos em 60 PCHs (1.159,24 MW), 52 eólicas (1.282,52 MW) e 19 térmicas a biomassa (533,34 MW), totalizando uma capacidade instalada de 2.975,10 MW. Desde a entrada em operação do primeiro empreendimento em fevereiro de 2006 até o final de 2017, a contribuição do Proinfa para o sistema em termos de volume de energia gerada foi de aproximadamente 87,6 milhões MWh. A contratação de energia de empreendimentos encerrou-se em 31 de dezembro de 2011. Com relação ao ano de 2017, para fins de estabelecimento das quotas anuais de energia elétrica referentes às concessionárias de distribuição e de transmissão, a Resolução Homologatória 2.191, de 13 de dezembro de 2016, definiu que o montante a ser rateado no ano era de 11.202.147 MWh com um custo previsto de R\$ 3,49 bilhões.

Para o ano de 2018, a Resolução Homologatória 2.365, de 21 de dezembro de 2017, definiu os montantes de energia e custeio em 11.202.147 MWh e R\$ 3,48 bilhões, respectivamente, com registro de geração dos empreendimentos equivalente a aproximadamente 8 milhões de MWh no ano de 2017.

Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica

O Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) é o programa do governo federal destinado a promover o uso eficiente da energia elétrica no país, com a Eletrobras desempenhando a função de Secretaria Executiva. O Procel atua em todo o Brasil por meio de programas setoriais nas áreas de tecnologia, educação e disseminação de informação, edificações, saneamento ambiental, gestão energética municipal, iluminação pública e indústria. As informações acerca dos subprogramas do Procel podem ser verificadas no [website www.procelinfo.comb.br](http://www.procelinfo.comb.br).

Com o advento da Lei n.º 13.280, de 3 de maio de 2016, que alterou a Lei n.º 9.991, de 24 de julho de 2000, o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) passou a recolher 0,1% da receita operacional líquida das distribuidoras de energia elétrica para investir em ações de eficiência energética. Dessa forma, ao longo dos 12 meses de implementação do Plano de Aplicação de Recursos do Procel de 2017 (PAR Procel 2017), que iniciou em março de 2017, foram previstos investimentos da ordem de R\$ 107 milhões.

Os benefícios gerados pelo programa podem ser contabilizados tanto pela economia de energia quanto pelos investimentos postergados na expansão do parque de geração de energia elétrica, recursos esses que podem ser revertidos em benefícios para a sociedade. Em 2017, o Procel contribuiu para uma economia de 21,2 milhões de megawatts-hora (MWh), o equivalente ao consumo anual de 11,25 milhões de residências. Evitou-se, ainda, a emissão de 1,96 milhão tCO₂ equivalentes na atmosfera.

Destacaram-se as seguintes ações do Procel em 2017, por área de atuação:

- Indústria: Firmada parceria com a Confederação Nacional das Indústrias (CNI), com o apoio da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace) —, visando à eficiência energética de consumidores

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2017

energointensivos de energia, por meio de “acordos voluntários”, política adotada por vários países desenvolvidos;

- Iluminação pública: Lançamento de chamada pública para investimento de aproximadamente R\$ 17,5 milhões de recursos não reembolsáveis em projetos de iluminação pública de LED em prefeituras do país. A chamada teve 1.101 inscritos;
- Edificações: Estima-se que o consumo de energia evitado acumulado, proveniente do conjunto de edificações construídas agraciadas com o Selo Procel, seja de 13,82 GWh até 2017;
- Educação: Mais de 900.000 alunos beneficiados;
- Informações: Mais de 1,5 milhão de acessos e 4 mil novos usuários cadastrados no Portal Procel Info;
- Equipamentos: Inclusão de duas categorias de equipamentos no Selo Procel: luminárias LED para iluminação pública e televisões em modo ativo. Foram comercializados mais de 35 milhões de equipamentos com o Selo Procel, que contribuíram para uma economia de 21,2 TWh em 2017;
- Gestão Energética Municipal: O Curso Online de Eficiência Energética, disponível no Portal Procel Info, teve, em 2017, um total de 8.775 acessos, 1.013 downloads e 1.204 acessos ao teste de avaliação on-line do curso;
- Saneamento: Foram iniciados os estudos para lançamento de chamada pública para execução de diagnósticos energéticos e implementação de projetos em empresas de saneamento.

Impactos das políticas públicas no desempenho financeiro da Estatal

A Eletrobras, na qualidade de empresa estatal, necessita incluir seu orçamento de investimento na Lei Orçamentária Anual (LOA), a ser aprovada, anualmente, pelo Congresso Nacional. Além disso, seu Programa de Dispêndios Globais – PDG (fontes e usos) é aprovado por decreto presidencial anualmente. Observa-se que os valores aprovados em Lei comumente sofrem ao longo do ano alterações que são também aprovadas pelo Congresso, e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, foram alterados pelas Leis nº 12.552/2017 e 12.553/2017.

Após a definição do PDG, o Plano Diretor de Negócios e de Gestão (PDNG) 2018-2022 é aprovado pelo Conselho de Administração da empresa e prevê investimentos nos segmentos de geração, transmissão, distribuição e infraestrutura e outros que, no quinquênio, totalizam cerca de R\$ 19,75 bilhões, dos quais R\$ 14,2 bilhões representam investimentos corporativos e R\$ 5,5 bilhões em SPE. Os investimentos em distribuição são decorrentes do prazo previsto para conclusão do processo de privatização e/ou encerramento das atividades de distribuição.

Observa-se que, deste total, cerca de R\$ 12,4 bilhões (63%) estão previstos para a expansão, ampliação e manutenção do parque de usinas e linhas de transmissão novos e já contratados de empreendimentos corporativos, e R\$ 260 milhões (1,3%) para distribuição de energia.



Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2017

Para infraestrutura será investido R\$ 1,5 bilhão. No que se refere aos investimentos em SPEs, de cerca de R\$ 5,5 bilhões serão investidos no período de 2018-2022, sendo cerca de R\$ 4,8 bilhões direcionados ao segmento de geração.

O cenário aprovado para o quinquênio prevê majoritariamente investimentos em projetos existentes e/ou em contratação, com exceção apenas para negócios que foram considerados estratégicos para a companhia. As fontes para financiamento dos investimentos em geração e transmissão corporativos e através de SPEs no período de 2018 a 2022, cujo montante é de R\$ 17,9 bilhões, são compostas por 68,9% de Recursos Próprios, 26% de Recursos de Terceiros a contratar, 4,6% recursos de terceiros em negociação e 0,5% recurso de terceiro já contratado.

Em 2017, as empresas Eletrobras realizaram um total de R\$ 5,2 bilhões, o que corresponde a 58% do orçamento de investimento orçado para o ano conforme PDNG 2018-2022, sendo R\$ 3,05 bilhões corporativos.

Como principais projetos, cita-se a Implantação de Angra III, em que houve frustração de 57,6% na realização em relação a 2016, principalmente pelo fato de a empresa continuar com dificuldades de revisão tarifária de Angra.

No tocante à Implantação dos Parques Eólicos de Geração de Energia Elétrica no Nordeste (Chesf), destaca-se um incremento de 244,9% de realização em relação a 2016, para a conclusão de parque eólico composto de 14 unidades geradoras, concluído em dezembro de 2017, com autorização para a comercialização de energia elétrica e previsão para 2018.

Quanto aos investimentos em parcerias, destacamos a implantação da UHE Belo Monte, num total de R\$ 0,58 bilhão, equivalente a 26,7% do total investido em 2017; UHE Jirau no valor de R\$ 0,20 bilhão ou 9,2% do realizado; UHE São Manoel no valor de R\$ 0,23 bilhão ou 10,8% do realizado; e UHE Xingu-Estreito – Belo Monte Transmissora de Energia S/A, cujo investimento foi de R\$ 0,38 bilhão, representando 17,7% dos Investimentos em Parcerias em 2017.

Através da demonstração do valor adicionado, que evidencia os valores correspondentes à formação da riqueza gerada pela companhia, demonstrando a contribuição em termos de pagamento de tributos e também geração de emprego e renda, houve em 2017 um montante negativo de R\$ 1.726 milhões no valor adicionado para os acionistas, R\$ 10.509 milhões para terceiros, R\$ 7.653 milhões para tributos e R\$ 7.722 milhões para pessoal. Dessa forma, a variação de R\$ 19.475 milhões na Demonstração de Valor Adicionado da Eletrobras é explicada, principalmente, em 2017, pela provisão relativa aos empréstimos compulsórios e pelo prejuízo das distribuidoras e, em 2016, pelo reconhecimento da receita da Rede Básica do Sistema Existente — RBSE em 2016, em contrapartida a uma receita menor da RBSE em 2017, referente apenas à atualização monetária do saldo.

Na sua função de cooperar com a estratégia de expansão da infraestrutura do setor elétrico do país, a Eletrobras participou, especialmente através de sociedades de propósito específico, de projetos de geração e transmissão, cuja taxa de retorno, após a implantação dos empreendimentos, se realizaram menores que aquelas esperadas quando da elaboração do respectivo plano de negócios. Em 31 de dezembro de 2017, a Eletrobras registrou em suas Demonstrações Financeiras cerca de R\$34 bilhões de provisão para contratos onerosos e impairments relativos a alguns desses empreendimentos.



Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2017

Através da demonstração do valor adicionado, que evidencia os valores correspondentes à formação da riqueza gerada pela companhia, demonstrando o que a companhia contribui em termos de pagamento de tributos e também geração de emprego e renda, houve em 2017, registro de -R\$1.726 milhões no valor adicionado para os acionistas, R\$10.509 milhões para terceiros, R\$7.653 milhões para tributos e R\$7.722 para pessoal.

Além disso, as distribuidoras localizadas nas regiões norte e nordeste do Brasil, que foram adquiridas pela Eletrobras por determinação legal, e não por uma decisão negocial da companhia, tiveram um prejuízo de cerca de R\$4,5 bilhões, nas Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2017. As distribuidoras, em 2017, tomaram R\$2,1 bilhões de empréstimo, com o Fundo Setorial RGR, no âmbito da Portaria MME 388 de 26 de julho de 2016 e do artigo 9º da Lei nº 12.783/2013, o que contribuiu para o aumento do endividamento consolidado da Eletrobras no referido período.

Os investimentos realizados tiveram como fonte de financiamento os recursos próprios das empresas Eletrobras e financiamentos obtidos com instituições financeiras, como por exemplo o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal (CEF). A carteira de investimentos para os demais anos do PDNG 2017-2021 manterá a prioridade em projetos de ampliação dos negócios de geração e transmissão de energia elétrica de forma competitiva e sustentável, conforme preconizado no Plano Estratégico da Eletrobras.

Neste sentido, a transferência do controle das Distribuidoras da Eletrobras foi previamente aprovada pelos acionistas da Eletrobras, por meio da 165ª Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da companhia, realizada no dia 22 de julho de 2016.

Face às aprovações supracitadas, as empresas distribuidoras da Eletrobras foram qualificadas como prioridade nacional nos setores de energia, nos termos dos arts. 1º, 4º, caput, inciso II, e 5º da Lei nº 13.334/16, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES designado como responsável pela execução e pelo acompanhamento do processo de desestatização das referidas distribuidoras, conforme Decreto nº 8.893/16.

Os recursos utilizados pela Eletrobras em relação aos programas de governo por ela implementados advêm, diretamente do Governo Federal, na forma de recursos alocados ao setor e dos consumidores de energia elétrica.

Neste contexto, em 2017, o investimento realizado pelas empresas do Sistema Eletrobras alcançou, R\$ 5,39 bilhões, correspondendo a 41,5% da meta prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) e Leis posteriores, sendo que 59,9 % ou seja, R\$ 3,23 bilhões, referem-se a Investimento Corporativo.

Parcela considerável dos investimentos realizados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 destinou-se às obras em empreendimentos incluídos no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, no montante aproximado de R\$ 2,7 bilhões, onde se destaca a construção da usina nuclear de Angra 3, na qual foi investido um

total de R\$ 332,3 milhões, representando 51,5% da meta prevista para o ano, que era de R\$ 644,7 milhões. No Programa de Universalização de Energia (Luz para Todos), executado pelas empresas distribuidoras de energia da Eletrobras, cujo recurso advém da RGR, que era administrado pela Eletrobras e passou a ser gerida pela CCEE a partir de maio de 2017, foram investidos R\$ 201,7 milhões, que representam 54,4% da meta prevista para o segmento no ano, que era de R\$ 370,5 milhões.

No âmbito das Empresas Eletrobras, foram destinados ao Cepel, centro de pesquisas do setor elétrico, o montante de cerca de R\$188 milhões em 2017.

3. Nossa Estrutura de Controles Internos

A administração da Eletrobras é responsável por estabelecer e manter um ambiente de controles internos adequado, em particular sobre os seus relatórios financeiros. As empresas do escopo de avaliação do ambiente de controles internos da Administração são: Eletrobras *holding*, E. Furnas, E. Eletronuclear, E. Chesf, E. Eletronorte, E. Eletrosul, E. Amazonas G&T, E. CGTEE, E. Distribuição Amazonas, E. Distribuição Piauí, E. Distribuição Rondônia, E. Distribuição Alagoas.

Para a consecução desse objetivo, a condução das rotinas operacionais de apoio e suporte aos gestores nas empresas é feita pelas gerências de riscos e controles internos de cada empresa, sob a coordenação do departamento competente na Eletrobras. Tais estruturas permitem que o planejamento anual dos trabalhos seja feito de forma adequada e integrada, ao mesmo tempo em que interagem com as auditorias internas e independentes durante os trabalhos destas para os testes dos controles internos visando à manutenção da referida certificação.

A Eletrobras é submetida a diversos regulamentos obrigatórios às companhias abertas das bolsas de valores em que é listada. Um dos principais requerimentos para a Eletrobras é a certificação do seu ambiente de controle interno, conforme exigido pela Legislação *Sarbanes Oxley* (SOX). A SOX foi promulgada em 2002 e tem como um dos principais pilares a transparência da preparação das demonstrações contábeis e financeiras. Dessa forma, é exigido que as empresas listadas em bolsas de valores norte-americanas façam uma avaliação dos seus controles internos e a submetam aos seus auditores externos, para que possam avaliar de forma independente o ambiente de controles da empresa auditada.

Em 2008, quando a Eletrobras decidiu negociar suas ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque, a empresa iniciou seu processo de Certificação dos Controles Internos por meio do mapeamento dos principais processos da Eletrobras e suas empresas de geração, transmissão e distribuição de energia e, posteriormente, foram executados testes de controles internos pelos auditores internos e auditores externos do grupo.

O processo de Certificação dos Controles Internos vem evoluindo ao longo dos últimos anos, à medida que o ambiente regulatório vem se tornando mais exigente. A Lei Anticorrupção brasileira (Lei n.º 12.846/13) aumentou a necessidade das empresas de aprimorarem seus processos internos para identificação e avaliação de riscos e controles antifraude e anticorrupção. Essa lei tem sido motivadora da implantação de programas de integridade consistentes. O Programa de *Compliance* da Eletrobras, criado em 2016, recebeu pontuação máxima na avaliação feita pela Transparência Internacional. Além disso, outras regulamentações aumentaram a complexidade das empresas listadas na NYSE e na B3 para



Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2017

lidar com aspectos relacionados a riscos e controles internos, tais como os comunicados técnicos divulgados pelo *Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB)*, a Instrução CVM n.º 552 e o novo *framework* de controles internos COSO 2013.

A avaliação da eficácia dos controles internos da Eletrobras sobre a divulgação das informações financeiras, em 31 de dezembro de 2017, foi objeto de relatório circunstanciado preparado pela KPMG Auditores Independentes, com base nos critérios do *framework* COSO 2013 (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*).

Nesse sentido, a Administração considerou como relevantes para fins de divulgação aquelas deficiências de controles internos que foram apontadas nos testes de conformidades, as quais não necessariamente representam a materialização de erros nas demonstrações financeiras da companhia.

As deficiências identificadas pelo auditor independente são classificadas com base no seu potencial de impactar as demonstrações financeiras da companhia, considerando a consequente materialidade envolvida. A deficiência de controles internos consiste no erro de desenho, falha de execução ou operação do controle, e existe quando (i) o controle é planejado, implementado ou operado de tal forma que não consegue prevenir ou detectar e corrigir tempestivamente distorções nas demonstrações financeiras, ou (ii) faltam controles necessários para prevenir ou detectar e corrigir tempestivamente distorções nas demonstrações financeiras. Conforme sua criticidade, pode ser classificada em Fraqueza Material, Deficiência Significativa ou Deficiência de Controle, classificadas, respectivamente, conforme seu grau de materialidade (portanto, fraquezas materiais são mais relevantes que deficiências significativas e estas são mais relevantes que deficiências de controle).

Com base nessa avaliação, a Administração concluiu que os controles internos para divulgação de informações financeiras da Eletrobras não foram eficazes em 31 de dezembro de 2017, devido à existência de uma fraqueza material, qual seja:

Como em anos anteriores, a companhia não manteve controles adequados quanto à elaboração das demonstrações financeiras e suas divulgações. As deficiências identificadas estão relacionadas a (i) envolvimento insuficiente de pessoas qualificadas no processo de fechamento contábil; e (ii) controles não efetivos no nível de processo referente a fechamento contábil, incluindo as divulgações contábeis, onde os controles de revisão gerenciais (lançamentos manuais, partes relacionadas, contingências, ativo fixo, impairment e impostos), provisões (depósitos judiciais e empréstimo compulsório) e contas relacionadas não foram desenhadas ou não operaram no nível de precisão suficiente para identificar erros materiais.

Uma fraqueza material corresponde a uma deficiência de controle, ou uma combinação de deficiências de controle, nos controles internos para divulgação de informações financeiras que resulta na possibilidade razoável de que uma falha nas demonstrações financeiras consolidadas anuais não será prevenida ou detectada tempestivamente.

Para o exercício de 2018, a Administração entende que possui um grande desafio, motivada em tornar-se ainda mais referência em governança, riscos e controles internos no mercado brasileiro, sobretudo no setor elétrico. A Eletrobras entende que o momento é propício para melhorar ainda mais seu ambiente de controles internos, bem como a sua governança e a gestão de riscos, pois estão em implementação o Centro de Serviços Compartilhados e o SAP Instância Única. Essas iniciativas têm como objetivo a redução de custos operacionais por meio da padronização de processos e sistemas e, como consequência, fortalecendo ainda mais o ambiente de controles internos.

Código de Ética e de Conduta

As empresas Eletrobras possuem diversos instrumentos institucionais e normativos que orientam, identificam, remediam, tratam e, em caso de transgressão, penalizam questões voltadas ao tema da Ética, estabelecendo diretrizes e normas que norteiam e formalizam ações e compromissos de conduta institucionais das empresas e de seus colaboradores, e as interações com seus fornecedores, parceiros de negócio, clientes e demais públicos de relacionamento.

O Código de Ética e de Conduta é o principal documento norteador da atuação das empresas Eletrobras, ao expressar e reforçar os compromissos que assumem com seus públicos de relacionamento, formalizando também os princípios da conduta profissional no ambiente de trabalho e nas relações de negócios e abordando temas como governança corporativa, transparência, legalidade, corrupção, tráfico de influência, concorrência, entre outros, tendo por base práticas de mercado e da legislação.

Estabelece, entre outros, os compromissos de conduta que pautam as decisões empresariais pela ética, que investem em uma atuação alinhada às políticas públicas, mas indicam a independência da empresa e reforçam a necessidade de zelo por seu patrimônio e imagem institucionais, que repudiam toda forma ou tentativa de corrupção e tráfico de influência, que endereçam adequadamente o tema dos conflitos de interesses e estabelecem regras quanto à proibição de oferta ou recebimento de presentes, privilégios ou benefícios, e que impõem respeito à livre concorrência, repudiando práticas de concorrência desleal, truste e/ou prejudiciais ao mercado.

Em 2016, a Unise desenvolveu o curso on-line “Integridade e Ética – *Compliance*” com o objetivo de disseminar para os empregados das empresas Eletrobras as leis anticorrupção e os procedimentos corporativos estabelecidos no Manual de *Compliance* e no Guia do Colaborador, além de capacitá-los para identificar, corrigir e prevenir fraudes e irregularidades.

Em continuidade ao treinamento online “Integridade e Ética – *Compliance*”, realizado em 2016, houve nova oferta para todos os empregados das empresas Eletrobras em 2017, sendo disponibilizado em duas oportunidades no período de um ano, desde o lançamento do Código de Ética e de Conduta, em dezembro de 2016. A ação educacional, composta por cinco módulos, teve duração total aproximada de duas horas e abordou os conceitos-chave de *compliance*. O curso online alcançou a marca de 20.640 colaboradores participantes até março de 2018 (cerca de 90% do total).

Para 2018 estão previstas ações de treinamento para as áreas mais expostas a fraude e corrupção, por meio de um curso de média duração com sete módulos presenciais, além de ações de treinamento acerca do programa de integridade das Empresas Eletrobras para fornecedores e parceiros em SPE.

Em 2017, as empresas Eletrobras aprovaram Política de Consequências, que estabelecem compromissos corporativos de combate à corrupção, às práticas anticoncorrenciais, aos conflitos de interesses e outras infrações e orientar a aplicação de consequências às ações e condutas em desacordo com o Código de Ética e de Conduta das empresas Eletrobras, o Programa de Integridade da Eletrobras e as normas internas e legais.

Ouvidoria

Em 2017, a Ouvidoria-Geral passou a ser subordinada ao Conselho de Administração da Eletrobras. Desde então, conforme orientação do colegiado, a Ouvidoria-Geral apresenta mensalmente as informações sobre denúncias e outros tipos de manifestações que possam gerar riscos ou oportunidades de melhorias em processos ao Comitê de Auditoria e Riscos (comitê de apoio ao CAE).

A Ouvidoria-Geral define como 'manifestação' todo tipo de comunicação recebida. As manifestações são tipificadas como: Reclamação, Elogio, Solicitação, Sugestão e Denúncia, conforme Instrução Normativa n.º 1/2014, da Controladoria-Geral da União ("CGU") e orientações para implementação de ouvidorias da CGU e pode ser contatada pelos telefones (21) 2514-4526/5895 ou por meio de carta para Av. Presidente Vargas, 409/17º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ — CEP: 20071-003. O contato também pode ser feito pessoalmente, no mesmo endereço.

Em todos esses acessos — com exceção do e-SIC, em que a identificação do solicitante é obrigatória, de acordo com a Lei de Acesso à Informação — é garantido ao solicitante, tanto interno quanto externo, o sigilo das informações e não é necessária sua identificação. O processo de atendimento é totalmente informatizado por meio do Sistema de Gestão da Ouvidoria (SOU).

As Ouvidorias das Empresas Eletrobras têm como responsabilidade, expressa em seus instrumentos normativos, a manutenção/guarda do sigilo do conteúdo e dos dados de identificação do manifestante/denunciante. Todas as denúncias, independentemente de identificação de denunciante ou origem, que tiverem elementos suficientes para sua apuração são avaliadas e encaminhadas para as áreas competentes, para verificação de sua veracidade e tomada de providências.

Em 2017, as Ouvidorias das empresas Eletrobras receberam 27.309 manifestações, das quais 25.790 (95,1%) foram concluídas e 1.519 (4,9%) estavam em andamento, em 31 de dezembro de 2017. Em relação às manifestações de 2016 relativas a todas as empresas, excluindo as empresas distribuidoras e Itaipu, apenas 0,4% permaneciam em andamento.

No exercício de 2017, o número de denúncias internas e externas relativas ao Código de Conduta ou Integridade recebidas pelas empresas Eletrobras totalizaram 2.679, das quais 717 (26,8%) referem-se à *Holding* e 1.962 (73,8%) se referem às controladas.

A norma de gestão e tratamento de denúncias, que orienta a atuação no processo e que foi aprovada pelo Conselho de Administração da Eletrobras, indica objetivamente o tratamento de eventual retaliação a denunciante, com o encaminhamento do caso como nova denúncia, em que o denunciado, comprovada a infração ao Código de Ética e Conduta das empresas Eletrobras, é submetido aos mesmos trâmites e responsabilização. A Política de Consequências das empresas Eletrobras, também aprovada pelo Conselho de Administração, orienta igualmente quanto aos efeitos de eventual retaliação a denunciante cometida por colaborador.

A Ouvidoria também revisou sua norma interna, para atualização quanto às mudanças trazidas pela centralização do processo de gestão e tratamento de denúncias e pela Lei 13.460/2017. Iniciou, ainda, os estudos para capacitação contínua dos ouvidores das empresas Eletrobras, tendo como primeiro desafio a atuação na mediação de conflitos. Além disso, remediou os gaps SOX relacionados ao sistema de Ouvidoria (SOU), implementando melhorias no sentido da rastreabilidade das ações no sistema.



Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2017

Teve início o projeto de integração de processos das Ouvidorias, incluindo funções já realizadas – como gestão de manifestações e prestação de contas e *reports* – e novas funções, como o diagnóstico de riscos e a mediação de conflitos – com a realização de um primeiro *workshop* com os ouvidores das empresas em dezembro/2017 e a elaboração de um plano de ação que será desenvolvido durante o primeiro semestre de 2018. Em 2018, o processo de apuração/investigação de denúncias será aperfeiçoado, para ganhar mais agilidade e confiabilidade, e os processos de responsabilização em todas as empresas Eletrobras estão sendo revisados, no sentido de prover mais transparência e uniformidade para os indicadores de desempenho relacionados ao tratamento de denúncias.

O acesso à Ouvidoria pode ser feito pelo Sistema de Ouvidoria – SOU, no site www.eletrobras.com.br e nos sites das empresas Eletrobras inclusive pela intranet, atendimento presencial, carta ou pelo e-mail ouvidoria@eletrobras.com.

Canal de Denúncias Externo

A Eletrobras decidiu, em 2017, pela contratação de uma empresa externa e independente para atuar no recebimento centralizado das denúncias. A terceirização do canal de denúncias, uma das ações previstas no novo processo de gestão e tratamento das denúncias, teve por objetivo trazer melhoria no monitoramento das denúncias recebidas, evitar e tratar os casos de influência ilegal de fraude ou corrupção e aumentar a consciência de todos os colaboradores sobre esses temas.

Já para a operacionalização do processo de gestão e tratamento de denúncias e centralização do tratamento, foram elaborados e aprovados documentos internos de normatização e procedimentos. O Comitê do Sistema de Integridade (“CSI”), coordenado pela Diretoria de Conformidade e formado por representantes das empresas Eletrobras, passou a acompanhar, de forma padronizada, todas as denúncias recebidas pelo canal, após classificação dessas por assunto e criticidade.

O novo processo prevê, além da padronização da apuração e investigação, da responsabilização e das recomendações de remediação, sob a responsabilidade do CSI, em parceria com as diretorias das empresas, o diagnóstico preciso e consolidado sobre os riscos à gestão identificados pelo tratamento das denúncias recebidas pela Ouvidoria-Geral. Além disso, é assegurada a garantia de sigilo da identidade dos denunciantes, por legislação e normas internas, assim como permitido o registro de denúncias anônimas, que recebem o mesmo tratamento das denúncias identificadas, quando possuem elementos suficientes para apuração e resposta.

O Canal de Denúncias centralizado das empresas Eletrobras possui uma série de mecanismos que não só garantem o anonimato (se desejado) por parte do denunciante, como também a rastreabilidade das ações e consultas realizadas pelos responsáveis envolvidos no tratamento das denúncias.

Entre 2016 e 2017 o número de denúncias recebidas teve uma redução de 7%, variação que se deveu, principalmente, à retração de casos relacionados a furto de energia e reclamações quanto à falha no serviço prestado pelas distribuidoras.

Em 2017, o total de denúncias recebidas foi de 3009, sendo 2.679 consideradas válidas. Do total de denúncias, 530 foram recebidas pelo canal de denúncias (365 válidas). Dessas, 48% foram referentes a infrações a normas/regulamentos/contratos/legislação, 27% a infrações ao



Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2017

Programa de Integridade (fraude e corrupção), 21% a Infrações (de natureza) Éticas e 4% relacionadas a outras categorias.

Em relação às 365 denúncias válidas, 20% foram concluídas até 31/12/2017, sendo que 4% foram consideradas procedentes ou parcialmente procedentes.

O número total de denúncias recebidas, desconsiderando-se as distribuidoras, foi de 1.397 registros, em 2017.

Deve-se considerar que eventuais denúncias relativas a desvios de conduta cometidos por empregados da companhia são recebidas pela Comissão de Ética da Eletrobras ("CEE"), órgão interno, subordinado à Comissão de Ética Pública, que por sua vez é vinculada à Presidência da República. A Comissão de Ética da Eletrobras recebe as denúncias, avalia a admissibilidade de cada uma delas e propõe o ajustamento da conduta do empregado infrator por meio de orientação verbal ou escrita focada no engajamento do empregado com os valores éticos perpetrados pela companhia.

Em 2017, a CEE foi acionada diretamente em 4 (quatro) ocasiões, das quais 4 (quatro) referiam-se a pedido de apuração de transgressão ética. Das 4 (quatro) apurações de transgressão ética, 2 (duas) foram provocadas por colaborador empregado da *holding*, 2 (duas) por colaborador terceirizado. Dessas, 1 (uma) refere-se a assédio moral, 1 (uma) a assédio sexual e 2 (duas) a pedido de apuração de conduta de colaborador em desconformidade com o Código de Ética da Eletrobras.

Do rol anteriormente exposto, a CEE solucionou, em 2017 os 4 (quatro) casos. Do rol de 2016, 2 (dois) casos dependem de parecer conclusivo.

A depender da gravidade, as apurações são encaminhadas ao Presidente da Eletrobras e o tratamento das apurações é feito de forma pessoal e individual diante da CEE. Não ocorreu, até a presente data, reincidência de casos apurados que necessitasse de aperfeiçoamento do atual processo adotado pela CEE.

As apurações realizadas para o exercício de 2017 decorreram de fatos esparsos e desconexos – não sistêmicos – de caráter interpessoal.

O acesso ao Canal de Denúncias Eletrobras pode ser feito pelo endereço <https://www.canaldedenuncias.com.br/eletrobras/> e pelo telefone 0800 377 8037 (24 horas nos 7 dias da semana, atendimento em português, inglês e espanhol).

Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) – Lei de Acesso à Informação

Em atendimento à Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527), a Eletrobras deve disponibilizar dados referentes à sua gestão para consultas e solicitações dos órgãos públicos e da sociedade em geral, independentemente da origem da manifestação.

No ano de 2017, as empresas Eletrobras receberam o total de 898 pedidos de informações. Desses, 889 (99%) foram respondidos e 9 (1%) encontravam-se em tramitação para resposta.

Entre as empresas Eletrobras, a *holding* foi a que mais recebeu solicitações pelo e-SIC em 2017: foram 266 (29,6% do total de manifestações recebidas por todas as empresas), das quais todas foram respondidas até 31/12/2017. O tempo médio de respostas da *holding* foi de 8,05 dias.

4. Nossa Gestão de Riscos

A Gestão Integrada de Riscos nas empresas Eletrobras tem como principal objetivo a redução da materialização de eventos que possam vir a impactar negativamente seus objetivos estratégicos, em prol da geração e preservação de valor e do provimento de informações transparentes ao mercado e seus acionistas.

O processo de gestão de riscos na Eletrobras é regido por uma política única e coordenado pela *holding*, o que garante a visão sistêmica dos resultados e sua padronização entre todas as empresas do grupo. Esse processo é conduzido pelas gerências de riscos e controles internos e pelos comitês de riscos presentes em cada uma das empresas Eletrobras. A orientação geral é dada pela Comissão de Riscos da *holding* e os resultados obtidos no processo são enviados à apreciação da Diretoria Executiva, bem como do Conselho de Administração, por meio do seu Comitê de Auditoria e Riscos.

O Conselho de Administração da Eletrobras delibera, periodicamente, sobre as questões estratégicas referentes ao processo de gestão de riscos, tais como o grau de apetite a riscos da empresa e suas faixas de tolerância, bem como o papel da Diretoria Executiva no gerenciamento dos riscos e a política que deve nortear todo o processo. A companhia reporta os resultados de suas análises em documentos internos, como os Relatórios Semestrais e Anuais de Gestão de Riscos, e externos, como o Formulário de Referência (CVM) e o Formulário 20-F (SEC), disponíveis em seu site, na seção de Relação com Investidores.

De maneira a dar suporte ao processo de gestão de riscos, a área de controles internos apoia os gestores no desenho de controles e na elaboração e acompanhamento de planos de remediação para eventuais deficiências. Dado que a empresa possui suas *American Depositary Receipts (ADRs)* registradas para negociação junto à NYSE, seu ambiente de controles deve ser certificado em conformidade com a Lei Sarbanes-Oxley, o que significa realizar a análise dos controles internos existentes e submetê-la à avaliação de seus auditores externos. Assim, por consequência, anualmente é divulgada no formulário 20-F a avaliação da administração a respeito da situação dos controles internos no conjunto das empresas Eletrobras classificadas como relevantes.

Adicionalmente, o Departamento de Gestão da Integridade atua nesse processo de forma a garantir a disseminação da cultura de conformidade com as leis e regulamentos que regem as atividades das empresas do grupo. Por meio da avaliação e do tratamento de questões relacionadas à conduta antiética, fraude e corrupção, e mediante a implantação e coordenação de um programa robusto de integridade, a área visa dar o suporte necessário à mitigação dos riscos de conformidade aos quais as empresas do grupo possam vir a estar expostas.

Assim, tendo como bases metodológicas os *frameworks* COSO 2013 e COSO ERM, além da norma ISO 31000, o modelo de gestão integrada de riscos utilizado pelas empresas Eletrobras parte da identificação e consolidação, em uma matriz corporativa, dos riscos aos quais as empresas se encontram expostas para posterior análise, tratamento e acompanhamento por meio de processos específicos desenvolvidos por seus respectivos proprietários. [figura 1]

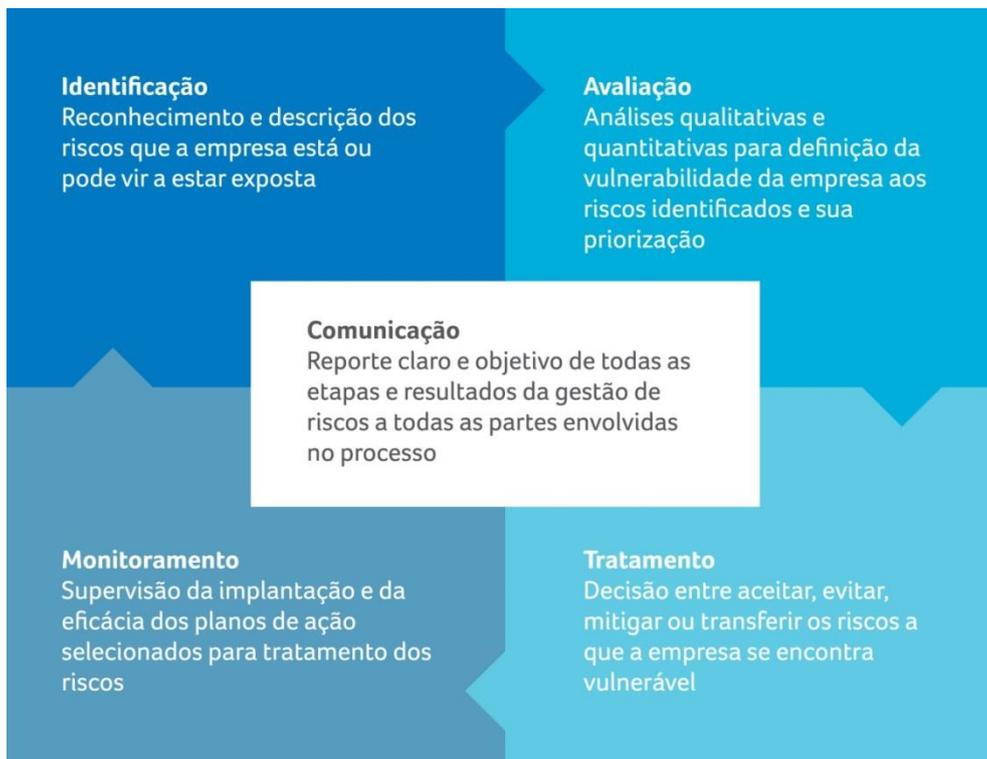


Fig.1 – Organização do processo de Gestão Integrada de Riscos Corporativos das empresas Eletrobras.

Os riscos reconhecidos como mais relevantes no âmbito das empresas Eletrobras são priorizados pela Diretoria Executiva e tratados mediante a implantação de planos de ação elaborados com base nas recomendações, resultado de sua análise prévia. Informações mais detalhadas sobre esses riscos e acerca do processo de gestão de riscos podem ser obtidas nos formulários arquivados junto à CVM e à SEC, disponibilizados pela empresa em seu portal na internet: <http://eletrobras.com/pt/ri/Paginas/home.aspx>.

5. Nossos Fatores de Riscos

Os riscos identificados pela Eletrobras são organizados em quatro pilares principais que compõem sua matriz de riscos, a saber: estratégico, operacional, financeiro e de conformidade. Todos os riscos identificados na empresa são monitorados. No entanto, aqueles em que é evidenciada maior exposição, com base nos resultados das análises de vulnerabilidade e impacto, são avaliados com maior frequência, e para estes são elaboradas recomendações e planos de ação que visam a sua mitigação.

Anualmente, os fatores de riscos definidos como mais relevantes pela empresa são também relatados, com maior nível de detalhes, em seções específicas do Formulário de Referência e do Formulário 20-F. Nesses documentos, os fatores de riscos são elencados por ordem de relevância e divididos em grupos, de acordo com sua natureza, relacionados à operação da empresa, à sua relação com seu controlador direto, a seus acionistas/ações da empresa, aos seus fornecedores, à regulação do seu setor de atuação e às questões socioambientais.

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2017

Considerando as edições de 2017 dos citados formulários, os principais temas cobertos pelos fatores de risco declarados são os seguintes:

- Combate à fraude e à corrupção: discorrendo sobre o contexto da investigação interna, fruto dos desdobramentos no grupo da Operação Lava-Jato, e pontuando as ações implementadas pela Diretoria de Conformidade da *holding*, pela Comissão Independente de Investigação (ligada ao Conselho de Administração) e pelo escritório de advocacia Hogan Lovells, porém enfatizando os progressos alcançados e sinalizando o final das ações investigativas em 2018;
- Integridade e ética: descrevendo a evolução do programa de *compliance* do grupo (Programa Eletrobras 5 Dimensões) e do Código de Ética e de Conduta; a aderência do programa a leis, normas e *guidances* nacionais e estrangeiros; a estratégia de *compliance* das empresas Eletrobras (através de treinamentos e ações de conscientização); e pontuando os potenciais riscos de atividades fraudulentas de funcionários, parceiros ou sócios (*joint ventures*);
- Fraquezas materiais apontadas pelo auditor externo: relatando que falhas no ambiente de controles internos das empresas Eletrobras podem afetar a credibilidade das demonstrações financeiras. Descreve também os esforços da administração na remediação de deficiências, o que levou à redução do quantitativo de *gaps* e identificação de apenas uma fraqueza material no exercício;
- Gestão de participações em SPEs: descrevendo a expansão recente dos negócios do grupo via SPEs, usualmente em posição minoritária, mas alertando para possíveis desalinhamentos nos modelos de gestão e governança. Relata os avanços no gerenciamento de tais investimentos (áreas dedicadas nas empresas e padronização de procedimentos) e a recente estratégia de redução da carteira de participações;
- Venda das subsidiárias de distribuição: relatando as decisões das 169ª e 170ª AGEs, com as decisões de manter-se prestação temporária de serviços e da capitalização e assunção de créditos, frisando porém a possibilidade de liquidação daquelas empresas;
- Recebimento de indenizações por renovação antecipada de concessões (Lei 12.783/13): historiando as discussões e proposições oficiais de ressarcimento e as agendas regulatórias programadas; as ações ajuizadas por consumidores, que impactaram negativamente o fluxo de recebimentos relacionados à RBSE; e a possibilidade de novas reduções nas RAPs adicionais;
- União enquanto acionista controlador: indicando que o governo federal possui posição de controle sobre as atividades da Eletrobras e que pode, por essa razão, implantar políticas e definir prioridades que afetem diretamente os resultados das empresas do grupo, mas que diverjam dos interesses de seus demais acionistas;
- Gestão do fluxo de caixa: ressaltando a situação recente de menor geração operacional das empresas Eletrobras, a necessidade de se buscar fontes de financiamento e as medidas em implementação para reduzir a alavancagem e levantar recursos, constantes do PDNG;
- Créditos a receber da CCC: detalhando a decisão da 170ª AGE e as discussões com a ANEEL quanto aos resultados das fiscalizações realizadas pela Agência validando as posições credoras das empresas Eletrobras de distribuição;
- Retomada da construção da UTN Angra 3: avaliando os impactos causados pela paralisação da obra e as diversas ações para a sua retomada, como busca de parceiros e renegociação dos financiamentos;

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2017

- Empréstimo compulsório: historiando os principais marcos desse processo, os ajustes realizados na metodologia de avaliação de risco, a busca por solidariedade com União (hoje em discussão no STJ) e as dificuldades com o adequado provisionamento de valores;
- Risco hidrológico: relatando o histórico recente de baixa hidrologia, os impactos relacionados ao GSF e as limitações do MRE, bem como o possível aumento da exposição do grupo com a proposta de descotização;
- Mudanças no marco regulatório: avaliando os possíveis impactos nas empresas Eletrobras da proposta de ajuste na regulação do setor, através da Consulta Pública 33/2017 do MME;
- Cybersegurança: caracterizando as atividades do grupo na operação de instalações críticas à segurança nacional e os riscos inerentes à maior integração das redes corporativas e de operação (perda de informações sensíveis, ataques a ERPs e sistemas operacionais), bem como as ações recentes da Eletrobras para a sua mitigação;
- Impactos ambientais: relatando políticas e práticas mitigadoras nas empresas, visando lidar com condicionantes de projetos e evitar multas e atrasos pelo descumprimento das leis e regulamentos sobre o meio ambiente.

Mais detalhes sobre os fatores de risco podem ser encontrados nos já mencionados relatórios financeiros enviados à CVM e à SEC, disponíveis no link: <http://eletrobras.com/pt/ri/Paginas/home.aspx>.

6. Nosso Resultado Econômico e Financeiro

A Eletrobras apresentou, em 2017, um prejuízo líquido de R\$ 1.726 milhões, inferior ao Lucro de R\$ 3.513 milhões obtido em 2016. O resultado de 2017 foi influenciado, principalmente, pelas provisões operacionais no montante R\$ 5.747 (sendo R\$ 1.101 milhões as provisões operacionais do segmento de distribuição) e pelo prejuízo do segmento de distribuição, no montante de R\$ 4.179 milhões. Já o resultado de 2016 foi influenciado, principalmente, pela Contabilização da Remuneração relativa aos créditos da Rede Básica do Sistema Existente (RBSE). Os destaques de 2017 são apresentados abaixo:

- ✓ Dívida Líquida/EBITDA Gerencial (últimos 12 meses) = 3,7;
- ✓ Receita Operacional Líquida de R\$ 37.876 milhões;
- ✓ Contabilização da Remuneração relativa aos créditos da Rede Básica do Sistema Existente (RBSE) referente às linhas de transmissão renovadas conforme Lei 12.783/2013, conforme Portaria n.º 120, de 20 de abril de 2016, do Ministério de Minas e Energia, que estabeleceu as condições de pagamento, com efeito de R\$ 4.923 milhões em 2017.
- ✓ Repasse de Itaipu no montante de R\$ 626 milhões;
- ✓ CVA positivo no montante de R\$ 1.441 milhões;
- ✓ Impacto no resultado de R\$ 853 milhões relativos à provisão para o Plano de Aposentadoria Extraordinária (PAE);
- ✓ Provisões para Contingências no montante de R\$ 4.398 milhões, com destaque para a provisão relativa ao empréstimo compulsório de R\$ 2.337 milhões;
- ✓ Provisões Aneel — CCC no montante de R\$ 986 milhões, para fazer face aos custos de glosas pela Aneel no âmbito do processo de fiscalização do Fundo Setorial CCC devido as distribuidoras, nos termos da Lei 12.111/2009;
- ✓ Reversão de Provisões para contratos onerosos de R\$ 1.493 milhões, principalmente em decorrência da redução de despesa de pessoal observada com a realização do Plano de Aposentadoria Extraordinária – PAE;
- ✓ Provisões de *impairment* de R\$ 641 milhões;



Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2017

- ✓ Resultado Financeiro Líquido negativo de R\$ 5.194 milhões;
- ✓ Resultado do segmento de Distribuição negativo no montante líquido de R\$ 4.179 milhões, com destaque para o prejuízo de R\$ 2.313 milhões da Amazonas Distribuição; e
- ✓ EBITDA no montante de R\$ 6.744 milhões e EBITDA Gerencial no montante de R\$ 5.554 milhões em 2017.

O Resultado de 2017 registra uma redução de 149% em relação ao ano de 2016, tendo sido apurado um prejuízo líquido de R\$ 1.726 milhões em 2017, contra um lucro líquido de R\$ 3.513 milhões em 2016.

O lucro líquido gerencial obtido em 2017 foi de R\$ 178 milhões, 22% inferior ao lucro gerencial de R\$ 229 milhões de 2016.

A Receita Operacional Líquida, no montante de R\$ 37.876 milhões apresentou, em 2017, uma redução de 37% em relação aos 2016, quando foi registrado o montante de R\$ 60.316 milhões. Excluindo a receita da RBSE e as receitas da CELG-D, a Receita Operacional Líquida apresentaria um crescimento de 17%, passando de R\$ 27.930 milhões em 2016 para R\$ 32.639 milhões em 2017. Na análise de segmentos, reportada em IFRS, apresentamos os destaques a seguir.

As Receitas de Geração apresentaram um crescimento de 13,4%, passando de R\$ 18.632 milhões em 2016 para R\$ 21.136 milhões em 2017. A receita de suprimento também apresentou crescimento, passando de R\$ 12.886 milhões em 2016 para R\$ 14.698 milhões em 2017, devido, principalmente, às seguintes variações: (i) Na controlada Furnas, novos Contratos no Ambiente de Contratação Livre com variação no preço médio devido às conjunturas de mercado e atualização de preços dos contratos pelo IPCA e término de contratos de cerca de 238,8 MW med e devoluções de Energia contratada de CCEARs dos produtos de Energia Existente, no âmbito do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits – MCS D, devido à migração de consumidores livres e MCS D 4; (ii) Na Eletrosul, ocorreram reajustes dos contratos pelo IPCA, variação de preços no Ambiente de Contratação Livre (ACL), referente à energia gerada por Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs), por eólicas e energia comprada por meio de Contratos de Compra e Venda de Energia (PPAs), que é revendida no ACL, em contratos de curto prazo; novo contrato, a partir de abril de 2017, firmado com a SPE Teles Pires; e a partir de abril/17 as SPEs Hermenegildo I, II, III e Chuí IX efetuaram descontração dos ACRs por meio do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Nova, sendo a energia descontração adquirida pela Eletrosul e revendida no ACL e/ou liquidada a PLD; (iii) Na Eletronuclear, atualização da receita contratada se deu conforme Resolução Homologatória Aneel 2.193/16, que estabeleceu a receita fixa para o ano de 2017.

A venda de energia no mercado de curto prazo passou de R\$ 927 milhões em 2016 para R\$ 1.006 milhões em 2017, refletindo, principalmente, o maior Preço da Liquidação das Diferenças (PLD) em 2017.

A receita de Operação e Manutenção das Usinas renovadas pela Lei 12.783/2013 passou de R\$ 2.179 milhões em 2016 para R\$ 2.198 milhões em 2017, influenciada, principalmente, pelo reajuste anual da RAG, ocorrido em julho de 2017. A Receita de construção passou de R\$ 41 milhões, em 2016, para R\$ 53 milhões em 2017, mas sem efeito para o resultado uma vez que tem valor equivalente contabilizado ao custo de construção. O Repasse de Itaipu passou de um montante negativo de R\$ 347 milhões em 2016 para um montante positivo de R\$ 642 milhões em 2017, influenciado pelos efeitos da variação do dólar sobre a atualização

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2017

monetária calculada com base nos índices de preços americanos *Commercial Price e Industrial Goods*. Houve redução apenas na receita de fornecimento, que passou de R\$ 2.946 milhões em 2016 para R\$ 2.554 milhões em 2017 em razão, principalmente, da variação de preço nos contratos de longo prazo na controlada Eletrosul e da migração dos consumidores livres na controlada Amazonas Energia.

As Receitas de Transmissão apresentaram uma redução de 69%, passando de R\$ 33.557 milhões em 2016 para R\$ 10.378 milhões em 2017, influenciadas, principalmente, pelo efeito da Portaria n.º 120, de 20 de abril de 2017, do Ministério de Minas e Energia, que estabeleceu as condições de pagamento e remuneração relativa à Rede Básica do Sistema Existente (RBSE), permitindo o registro contábil do crédito, em 2016, com impacto na receita de transmissão, na conta de atualização das taxas de retorno de Transmissão de R\$ 28.601 milhões. As Receitas de Transmissão, desconsiderando os efeitos da contabilização da RBSE, teriam apresentado um crescimento de 10%, influenciadas, principalmente, ao crescimento da receita de retorno do investimento em transmissão que apresentaram crescimento de 42%, passando de R\$ 806 milhões em 2016 para 1.140 milhões em 2017. As Receitas de Operação e Manutenção das linhas de transmissão renovadas e não renovadas passaram de R\$ 2.976 milhões em 2016 para R\$ 3.398 milhões em 2017, influenciadas, principalmente, pela revisão anual da RAP. Devido ao menor volume de investimentos no período, a receita de construção passou de R\$ 1.175 milhões em 2016 para R\$ 917 milhões em 2017, mas sem efeito para o resultado, uma vez que possui valor equivalente contabilizado como custo de construção.

As Receitas do Segmento de Distribuição apresentaram uma redução de 24,1%, passando de R\$ 16.349 milhões em 2016 para R\$ 12.416 milhões em 2017. Essa redução se deve, fundamentalmente, à redução das receitas de Fornecimento, que passaram de R\$ 15.208 milhões em 2016 para R\$ 9.468 milhões em 2017, em decorrência, principalmente, da venda da CELG-D.

A conta de CVA e outros componentes financeiros passaram de um montante negativo R\$ 339 milhões em 2016, para um montante positivo de R\$ 1.441 milhões em 2017, em virtude, principalmente, do cálculo da parcela de constituição, afetada pela diferença entre o preço considerado para o ACR médio nas tarifas e o preço médio dos contratos de compra de energia durante o ano de 2017, com destaque para as controladas, Amazonas Energia, Cepisa e Ceal. A Receita de construção passou de R\$ 1.166 milhões, em 2016, para R\$ 782 milhões em 2017, mas sem efeito para o resultado, uma vez que tem valor equivalente contabilizado como custo de construção.

Outras Receitas apresentaram uma redução de 15,9%, passando de R\$ 2.450 milhões em 2016 para R\$ 2.060 milhões em 2017, devido, principalmente, à exclusão do resultado das receitas da CELG-D a partir da desconsolidação efetuada a partir de fevereiro de 2018.

Os custos operacionais apresentaram uma redução de 5,2%, passando de um montante de R\$ 16.211 milhões em 2016 para um montante de R\$ 15.374 milhões em 2017.

As Despesas operacionais apresentaram redução de 35,4%, passando de R\$ 31.234 milhões em 2016 para R\$ 20.202 milhões em 2017.

A Participação Societária registrou uma redução de 14% resultante da contabilização de um montante de R\$ 3.114 milhões em 2016 e de um montante de R\$ 2.692 milhões em 2017, com destaque para a contabilização da alienação da CELG-D em 2017, no montante de R\$ 1.525 milhões e para o reconhecimento da RBSE pela coligada CTEEP em 2016, com um impacto no resultado de equivalência da Eletrobras de R\$ 1.603 milhões, parcialmente

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2017

compensado pela baixa decorrente dos achados da investigação na SPE Belo Monte (R\$ 91 milhões).

O Resultado Financeiro líquido passou de uma despesa líquida de R\$ 3.931 milhões em 2016 para uma despesa líquida de R\$ 5.193 milhões em 2017. Essa variação deve-se, principalmente, à variação do câmbio no período incidente sobre contratos de financiamento e com fornecedores. Contribuíram também para o resultado financeiro as atualizações monetárias, influenciadas, principalmente, pela redução das taxas dos principais indexadores (inflação e SELIC) incidentes sobre créditos, como recebíveis da CCC/CDE da Amazonas atualizado, pela diminuição da atualização dos créditos de energia renegociados, derivados da Lei 8727/93 e também pelo pagamento do crédito pela União em agosto de 2017.

A provisão para IR e CSLL passou de uma despesa de R\$ 8.511 milhões em 2016 para uma despesa de R\$ 1.525 milhões em 2017, influenciada pelos tributos diferidos, principalmente, pelo efeito da contabilização da Rede Básica do Sistema Existente (RBSE). A provisão referente a RBSE foi de R\$ 9.724 milhões em 2016 e de R\$ 1.674 milhões em 2017.

Na Fig. 2, apresentamos a Demonstração de Resultado simplificada dos anos 2016 e 2017. Informações detalhadas sobre os nossos resultados estão nos itens 3, 7 e 10 do Formulário de Referência e nas notas explicativas de nossas demonstrações contábeis, disponíveis em: <http://eletrobras.com/pt/ri/Paginas/home.aspx>.

	2017	2016	Δ
Receita Operacional Líquida	37.876	60.316	-37,2%
	-		
Energia comprada para revenda	11584,925	-11264,044	2,8%
Encargos sobre uso da rede elétrica	-1611,398	-1805	-10,7%
Combustível para produção de energia elétrica	-425	-760	-44,1%
Construção	-1752	-2382	-26,4%
Resultado Bruto	22.502	44.105	-49,0%
Pessoal, Material, Serviços e Outros	-12.539	-12.267	2,2%
Doações e Contribuições	-164	-219	-25,1%
Depreciação e amortização	-1751	-1844	-5,0%
Provisões/Reversões operacionais	-5747	-16723	-65,6%
Achados da Investigação	0,0	-211	-100,0%
Resultado Operacional antes de Part. Societárias	2.301	12.841	-82,1%
Participações Societárias	2.692	3.114	-13,5%
Resultado antes do Resultado Financeiro	4.993	15.955	-68,7%
Receitas Financeiras	5152	11223	-54,1%
Despesas Financeiras	-10345	-15154	-31,7%
Resultado antes de IR e CSLL	-200	12.024	-101,7%
Imposto de Renda e Contribuição Social	-1525	-8511	-82,1%
Lucro/Prejuízo Líquido	-1.726	3.513	-149,1%

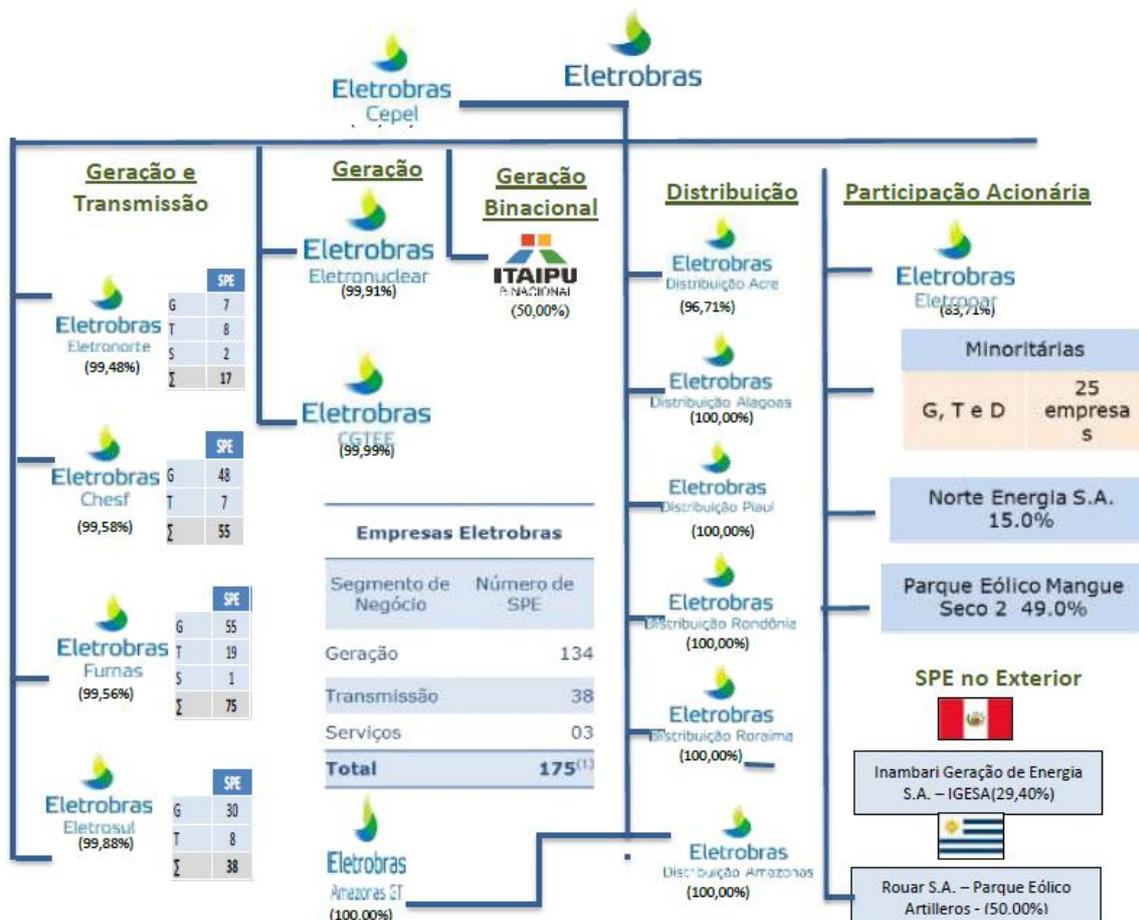
Fig 2 – Demonstração dos Resultados simplificada

7. Nosso Modelo de Governança Corporativa

Visão Geral

Fundada em 1962, a Eletrobras é controladora de 13 subsidiárias de geração, transmissão e distribuição de energia, um centro de pesquisas (Cepel), uma empresa de participações (Eletropar) e metade do capital de Itaipu Binacional, além de participação indireta em 175 SPEs.

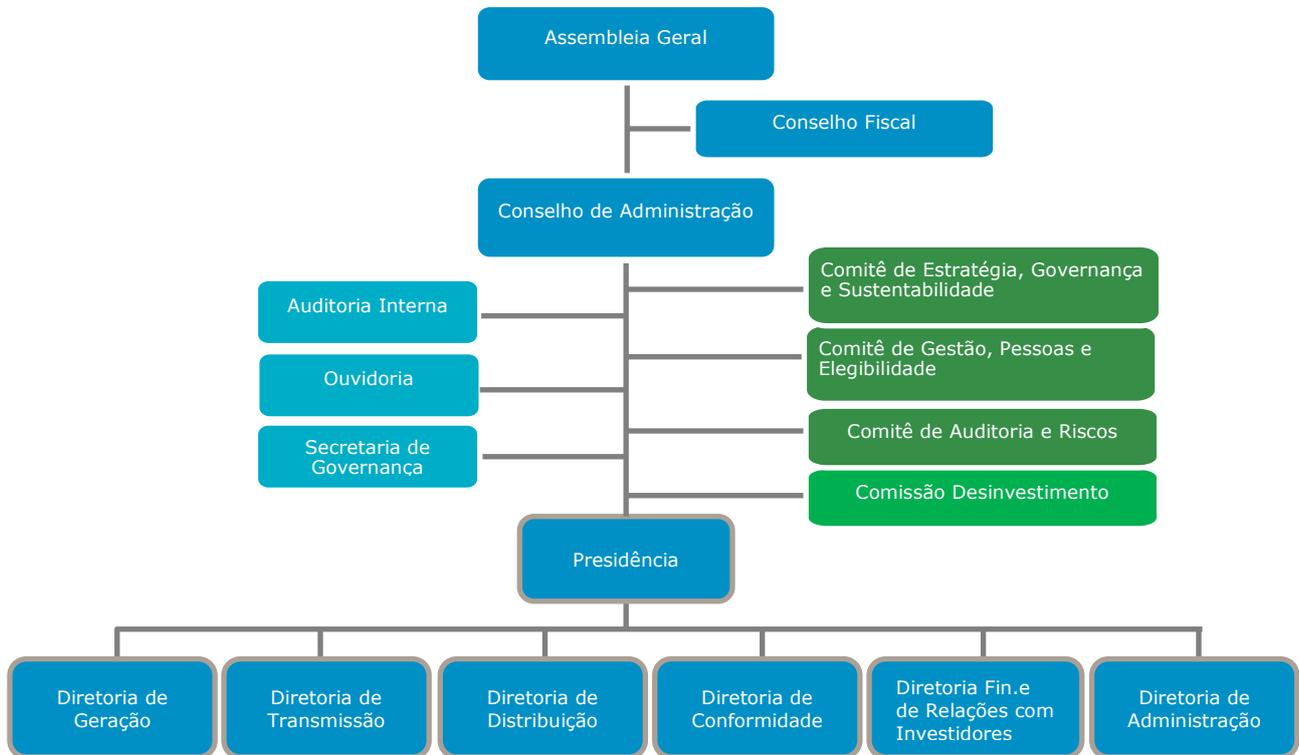
Nossa Estrutura Societária





Eletrobras

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2017



A estrutura de governança corporativa da Eletrobras é composta pela Assembleia Geral de Acionistas, Conselho Fiscal, Conselho de Administração e seus comitês, a Comissão de Desinvestimento, Secretaria de Governança do Conselho de Administração, Auditoria, Ouvidoria-Geral, Presidência e Diretorias.

O Conselho de Administração é um órgão de deliberação colegiada da Eletrobras e será integrado por 11 (onze) membros, eleitos pela Assembleia Geral, que designará dentre eles o Presidente, com prazo de gestão unificado de dois anos, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas, sendo responsável pela fixação de diretrizes fundamentais da administração, por iniciativa dos seus membros, ou a ele propostas pela Diretoria Executiva para fins de exame e deliberação, bem como pelo controle superior da Eletrobras, pela fiscalização da observância das diretrizes por ele fixadas, acompanhamento da execução dos programas aprovados e verificação dos resultados obtidos. O colegiado compõe-se de sete conselheiros indicados pelo Ministro de Estado de Minas e Energia; um conselheiro indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; um membro indicado pelos acionistas minoritários detentores de ações ordinárias; e outro, pelos acionistas minoritários, detentores de ações preferenciais, de emissão da Eletrobras que representem, no mínimo, dez por cento do capital social, e um conselheiro eleito como representante dos empregados. O tempo médio de permanência dos conselheiros no colegiado atual é de 1,57 anos.

O Conselho de Administração conta com três comitês que têm por finalidade assessorá-lo mediante análise, acompanhamento e recomendação sobre questões específicas de cada área: Comitê de Estratégia, Governança e Sustentabilidade; Comitê de Auditoria e Riscos; e Comitê de Gestão, Pessoas e Elegibilidade. Cada comitê possui três vagas para conselheiros de administração, tendo suas atribuições dispostas em regimento interno. Além disso, foi criada a



Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2017

Comissão de Desinvestimento que tem o objetivo de apoiar o Conselho de Administração nas decisões de venda de suas participações em empresas e possui três conselheiros de administração e dois empregados.

À Diretoria Executiva compete a gestão dos negócios da Eletrobras, seguindo as diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Conselho de Administração. Composta por sete membros, incluindo o Presidente, possui suas funções estabelecidas no Estatuto Social da companhia. A Diretoria Executiva da Eletrobras é composta por sete diretorias: Presidência, Diretoria de Administração, Diretoria de Geração, Diretoria de Distribuição, Diretoria de Financeira e de Relações com Investidores, Diretoria de Transmissão e Diretoria de Conformidade. Todos os Diretores são eleitos pelo Conselho de Administração, com prazo de gestão unificado de dois anos, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas, sendo que o Diretor-Presidente é eleito dentre os membros do Conselho de Administração, excluído o Presidente do Conselho. As reuniões, semanais, são dedicadas à condução dos negócios da Eletrobras e das demais empresas Eletrobras, com base nas orientações estratégicas do Conselho de Administração. A Diretoria Executiva se reúne ordinariamente todas as semanas, ou quando for convocada pela maioria de seus diretores ou pelo Presidente. Para informações sobre as atribuições específicas de cada membro da Diretoria Executiva da Eletrobras, veja a seção 12.1 (d) do Formulário de Referência, disponível em <http://eletrobras.com/pt/ri/Paginas/home.aspx>.

O Conselho Fiscal da Eletrobras funciona de modo permanente e compõe-se de cinco membros e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, com prazo de atuação de dois anos, permitidas, no máximo duas reconduções consecutivas, sendo: três indicados pelo acionista majoritário (sendo um indicado pelo Ministério da Fazenda, que representa o Tesouro Nacional); um membro indicado pelos acionistas minoritários detentores de ações ordinárias; e outro, pelos acionistas minoritários, detentores de ações preferenciais.

Quanto à identificação dos nomes, data de eleição e demais informações dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, como declarações de independência e de pessoa politicamente exposta, veja as seções 12.5 e 12.6 do Formulário de Referência, disponível em <http://eletrobras.com/pt/ri/Paginas/home.aspx>.

O relacionamento entre os órgãos da administração da companhia — Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria e Comitês — está intrinsecamente vinculado ao desempenho de suas funções. Cabe ao Conselho Fiscal fiscalizar os atos de gestão dos administradores, especialmente em relação à gestão orçamentária, financeira e patrimonial da companhia.

Em 2017, houve 21 reuniões do Conselho de Administração da Eletrobras, 58 reuniões da Diretoria Executiva da Eletrobras e 14 reuniões do Conselho Fiscal da Eletrobras.

Ao Conselho de Administração cabe determinar as diretrizes que deverão ser seguidas pela Diretoria da empresa na execução de seu plano de negócios, sempre sob a supervisão do Conselho Fiscal. Nesse sentido, para garantir o alinhamento dos entendimentos dos órgãos da administração da companhia, em 2017 foram realizadas 2 reuniões conjuntas entre o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal. Além disso, sempre que necessário, o Conselho Fiscal convoca a Diretoria para participar de suas reuniões, seja para prestar esclarecimentos, seja para o recebimento de instruções, que posteriormente são implementadas pela Diretoria em suas atividades cotidianas.

Avaliação de desempenho e treinamento

A Eletrobras realiza anualmente, desde 2013, a avaliação de desempenho individual e coletiva do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva. A metodologia se tornou única para todas as empresas Eletrobras. Os resultados são pontuados e consolidados em um relatório e os respondentes participam de reunião de *feedback*. No início de cada ano é estabelecido o plano de trabalho da avaliação de desempenho mediante deliberação da Diretoria e do Conselho de Administração, que aprovam o cronograma da avaliação, no qual estão estipulados os prazos e as responsabilidades previstos para cada etapa do processo.

Também anualmente são identificadas as necessidades de treinamento dos seus agentes de governança corporativa e implementadas ações com foco na sua capacitação, visando à educação continuada para melhor atuação dos conselheiros.

Remuneração

A prática de remuneração adotada pela Eletrobras tem como principal finalidade promover o alinhamento dos interesses dos administradores com os interesses dos acionistas da companhia. A composição da remuneração dos administradores da Eletrobras acompanha as práticas de remuneração aplicadas pelo mercado para empresas de porte semelhante ao da Eletrobras, bem como as regras definidas para as empresas estatais pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) e as responsabilidades inerentes a cada cargo.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, conforme a Lei n.º 9.292/96, é fixada em um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva (Presidente e Diretores), excluídos os valores referentes aos benefícios diretos e indiretos concedidos aos referidos membros.

Os membros da Diretoria Estatutária da Eletrobras fazem jus a uma remuneração fixa mensal correspondente aos honorários atribuídos ao exercício da função acrescidos dos seguintes benefícios: gratificação de férias, previdência privada complementar, ajuda de custo de transferência, seguro de vida em grupo, seguro funeral, despesas médicas, auxílio refeição, auxílio moradia e abono especial.

O abono especial refere-se à gratificação natalina paga a todos os membros da Diretoria Executiva. Toda a Diretoria da Eletrobras é estatutária.

Os membros da Diretoria Executiva fazem jus à remuneração variável anual, a partir do cumprimento de determinadas metas anualmente pactuadas entre a Eletrobras e suas controladas (derivadas dos Planos de Negócios e Gestão), com a aprovação do MME e da Sest, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Nos termos da Lei Federal n.º 12.813, de 16 de maio de 2013, e nos termos do art. 4º do Decreto n.º 4.187, de 8 de abril de 2002, os membros da Diretoria Estatutária fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo. Tal benefício, denominado "Quarentena", tem por objetivo garantir a não assunção de outros cargos e/ou novos cargos, pelos ex-administradores da companhia, em sociedades consideradas concorrentes da companhia nos seis meses subsequentes à sua saída. Os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus a remuneração baseada em ações.



Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2017

A fixação da remuneração global dos diretores, membros do Conselho de Administração e dos membros do Conselho Fiscal da Eletrobras segue um processo já estabelecido. Anualmente, a Administração da Eletrobras encaminha à Sest e ao MME a proposta de remuneração de seus administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração) e membros titulares do Conselho Fiscal para o período do mandato seguinte (compreendido entre abril do ano corrente a março do ano seguinte).

A metodologia de cálculo adotada para a elaboração da proposta da Remuneração Fixa Anual segue as diretrizes estabelecidas pela Sest para cada rubrica que a compõe.

Ordinariamente, a Sest adota como índice de correção dos salários ou pró-labore e benefícios o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado dos últimos 12 meses, exceto em relação ao Auxílio Moradia, que segue o limite estabelecido pela legislação vigente (art. 5º do Decreto n.º 3.255/1999).

- (i) O montante referente à remuneração dos administradores é previamente estabelecido pela Sest do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, que define os valores individuais de remuneração de cada órgão de administração da Eletrobras;
- (ii) A Sest encaminha o valor definido para a remuneração dos administradores da Eletrobras para aprovação da Secretaria do Tesouro Nacional;
- (iii) A Secretaria do Tesouro Nacional, após a aprovação do montante definido pela Sest, encaminha-o sob a forma de instrução de voto, para aprovação em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Eletrobras.

Os valores da remuneração dos Administradores da Eletrobras são ajustados e aprovados anualmente, por ocasião da realização da Assembleia Geral Ordinária, em conformidade com os limites estabelecidos pela Sest.

A remuneração anual (honorários) do Presidente da Eletrobras, em 2017, foi de R\$ 693.552,84 e para os demais diretores foi de R\$ 598.350,84.

Neste mesmo ano, para o grupo de empregados da Eletrobras, a mediana do total da remuneração fixa anual foi de R\$ 134.406,52.

Desse modo, a razão entre a remuneração anual do Presidente e a mediana dos empregados foi de 5,16.

Mais informações podem ser obtidas no item 13 do Formulário de Referência da Eletrobras, disponível em <http://eletrobras.com/pt/ri/Paginas/home.aspx>.

8. Nossas Principais Melhorias em Governança Corporativa

Mudanças na estrutura e nas práticas de Governança

Como empresa de capital aberto, a Eletrobras segue padrões internacionais de governança corporativa compatíveis com as normas dos mercados em que atua. Ademais, a companhia tem conduzido ações de melhoria em governança corporativa visando alinhar-se ao seu Plano Estratégico e ao seu Plano Diretor de Negócios e Gestão 2018-2022, bem como ao Programa



Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2017

Destaque em Governança de Estatais da B3, à Lei n.º 13.303/16, ao Decreto n.º 8.945/16 e às demais legislações vigentes.

Ademais, desde 2016 a Eletrobras aprimorou a governança quanto à qualificação de seus conselheiros e diretores, sendo necessário que os candidatos aos cargos preencham os requisitos exigidos pela Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei n.º 13.303/16, do Decreto n.º 8.945/16, do Estatuto Social da companhia, além do atendimento a outros critérios legais e regulamentares aplicáveis, como a consulta ao banco de dados de sanções aplicadas pelas Comissões de Ética e aos sítios eletrônicos da CVM, TCU, TSE e TCE.

Assim sendo, para toda indicação a cargos de conselheiros e diretores das empresas Eletrobras deve ser feita, previamente, uma avaliação pela área de integridade sobre a situação de conformidade dos indicados, assim como consultas à Ouvidoria das Empresas Eletrobras e ao Comitê de Gestão, Pessoas e Elegibilidade.

No mês de maio deste ano, também foi criada a Secretaria de Governança do Conselho de Administração da Eletrobras, com a finalidade de apoiar o Conselho de Administração da Eletrobras e os Comitês a ele vinculados no adequado exercício de suas funções, visando ao aprimoramento de seu sistema de governança e à aderência de seus documentos aos ambientes legal, regulatório e voluntário.

Todas as ações de melhoria do processo de indicação de administradores e diretores culminaram na aprovação da Política de Indicação de Representantes em Controladas, Coligadas, Fundações e Associações das Empresas Eletrobras, a qual foi revisada para adequação às alterações estatutárias, passando a denominar-se Política de Indicações na *holding* e nas Controladas, Coligadas, Fundações e Associações das Empresas Eletrobras.

Em 2017, demos ainda um importante passo a fim de aprimorar nossas práticas de governança corporativa em atendimento à Lei n.º 13.303, (“Lei das Estatais”) e ao Decreto 8.945, ao promover uma reforma integral do estatuto social da Eletrobras, bem como outros instrumentos de governança — Manual do Conselheiro de Administração Representante, Manual do Conselheiro Fiscal Representante, Regimento Interno do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos Comitês do CAE, além da divulgação da Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa, dentre outros.

Aprimoramento da Avaliação de Desempenho

A Eletrobras implantou, desde 2013, uma metodologia para avaliação de desempenho do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, como forma de garantir que os conselheiros e diretores exerçam suas atividades de forma alinhada à estratégia da companhia.

Em 2017, foi realizada a primeira avaliação de desempenho do Conselho Fiscal, e está prevista para o próximo ano a avaliação de desempenho independente do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal e de todos os Comitês do Conselho de Administração, o que evidencia a melhoria contínua das práticas de governança.

Novo Plano de Treinamento

A Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016 (Lei das Estatais) e o seu decreto regulamentador, Decreto n.º 8.945, de 27 de dezembro de 2016, trouxeram um novo perfil para os candidatos a cargos de administrador e conselheiro fiscal. Entre outras questões, foi estabelecido que os

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2017

administradores e conselheiros fiscais das empresas estatais devem participar de treinamentos específicos sobre temas relevantes relacionados às suas atividades.

A partir dessa necessidade, a Eletrobras lançou, em 2017, o “Programa de Aprimoramento para Conselheiros e Diretores Eletrobras”, que envolve várias ações educacionais para atender aos públicos da *holding*, empresas controladas, coligadas e das SPEs, visando ao desenvolvimento dos conselheiros de administração, conselheiros fiscais e diretores de forma consistente e continuada. Esse programa trata de ciclos de palestras, congressos anuais, cursos presenciais e on-line e teve início com o curso “Conselho Fiscal na Prática”, para conselheiros fiscais. Na sequência, foi realizada a palestra “Responsabilidades dos Conselheiros” para conselheiros de administração e fiscais representantes da Eletrobras em suas controladas e coligadas, durante o Encontro dos Conselheiros 2017. O 18º Congresso do IBGC, em São Paulo, também teve participação de conselheiros e diretores. Foram realizados, ainda em 2017, o curso presencial “Governança, Integridade e Mercado de Capitais”, além das palestras “Legislação, Riscos e *Compliance*” e “Governança, Conjuntura e Tendências”.

No ano de 2018, haverá a conclusão de módulos do curso presencial “Governança, Integridade e Mercado de Capitais” para diversos conselheiros das empresas Eletrobras, novos ciclos de palestras temáticas com profissionais reconhecidos no mercado, além de ações educacionais focalizadas nas necessidades de cada um dos conselheiros da *holding*, seja quanto a cursos de curta duração, seminários relacionados ao setor elétrico brasileiro e eventos na área de governança corporativa. Além disso, a Universidade Corporativa contratará um curso de Ensino a Distância para conselheiros e diretores das diversas SPEs de geração e transmissão que compõem o portfólio da Eletrobras.

Resumo das Principais Práticas

A relação a seguir indica resumidamente as principais práticas de governança corporativa adotadas pela Eletrobras:

- Conselho de Administração composto por 60% de membros independentes, conforme Lei 13.303/16 e sua regulamentação;
- Conselho Fiscal permanente, com competências e funcionamento definidos em Regimento Interno;
- Diretores da *holding* integrando o Conselho de Administração de todas as sociedades controladas;
- Existência de uma Política de Negociação de Valores Mobiliários Emitidos pela Eletrobras;
- Existência de uma Política de Uso e Divulgação de Informações Relevantes;
- Existência de um Código de Ética e Conduta único adotado por todas as empresas Eletrobras;
- Listagem no Nível 1 de Governança Corporativa da B3;
- Diferentes canais de comunicação para recebimento de reclamações e/ou denúncias;
- Certificação dos controles internos pelos administradores (CEO e CFO) e pelos auditores independentes, com a abordagem transparente de eventuais deficiências e seus planos de remediação;
- Administradores e Conselheiros Fiscais sujeitos à avaliação dos requisitos e vedações previstos na Lei n.º 13.303/2016 e no Decreto n.º 8.945/2016;
- Criação de comitês de apoio ao Conselho de Administração — Comitê de Auditoria e Riscos, Comitê de Estratégia, Governança e Sustentabilidade e Comitê de Gestão, Pessoas e Elegibilidade;



Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2017

- Avaliação anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;
- Revisão do Estatuto Social para adequação à legislação, em Assembleia realizada em 30 de novembro de 2017;
- Publicação da Política de Alçadas para as Empresas Eletrobras;
- Relatório Anual de acordo com as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI);
- Publicação de demonstrações financeiras no padrão internacional de contabilidade;
- Publicação da Política de Indicações na *holding* e nas Controladas, Coligadas, Fundações e Associações das Empresas Eletrobras;
- Atualização da Política de Transações com Partes Relacionadas;
- Publicação dos relatórios trimestrais (ITR) auditados;
- Auditoria Interna e Ouvidoria, vinculadas ao Conselho de Administração;
- Canal de Denúncias Independente;
- Atualização de instrumentos de governança — Manual do Conselheiro de Administração Representante, Manual do Conselheiro Fiscal Representante, Regimento Interno do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos Comitês do CAE;
- Certificação no Nível 1 (nível de excelência) do Indicador de Governança (IG-SEST), desenvolvido pela SEST, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, com o objetivo de avaliar o cumprimento da legislação e das diretrizes estabelecidas pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), na busca pela implementação das melhores práticas de mercado; e
- Certificação no Programa Destaque em Governança de Estatais da B3.

Nossos instrumentos de gestão e governança corporativa estão disponíveis em nosso *website*: <http://eletrobras.com/pt/Paginas/Estatuto-Politicis-e-Manuais.aspx>.